

ESPECIAL CONFERÊNCIA IBRACON

Cobertura completa da oitava edição do evento:
o futuro da auditoria independente, as novas
tecnologias e muito mais

SAMUEL PESSOA

Em entrevista exclusiva, professor da FGV sugere caminhos para o Brasil recuperar a estabilidade, atrair investimentos e voltar a crescer

TERCEIRO SETOR

Balço patrimonial, segregação das doações, registro contábil do trabalho voluntário e outras normas que devem ser seguidas por ONGs e OSCIPs

INSTITUIÇÕES

Será que o brasileiro deixou de acreditar na Justiça, nos partidos políticos, nos sindicatos? Ivan Fernandes, cientista político da UFABC, responde

PODER FEMININO

Gildenora Milhomem, Subsecretária de Contabilidade Pública da STN, fala dos desafios que superou em 30 anos de carreira pública



Educação Profissional Continuada onde e quando quiser

A reconhecida excelência do Ibracon agora disponível na nova plataforma de ensino a distância

Curso de lançamento:

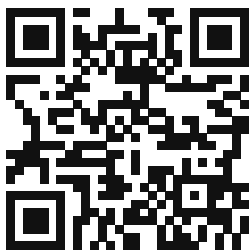
Controle de Qualidade para Firms de Auditoria Independente e Aceitação dos Trabalhos de Auditoria

Credenciado e pontuado para o PEPC/CFC
Acesso ao material suplementar exclusivo:

Módulo 1 - Manual para Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade
Instrutores com reconhecida experiência

Inscreva-se e tenha disponível a reconhecida excelência do Ibracon onde e quando você quiser!

Acesse: www.ibracon.com.br/eadibracon





Credibilidade em pauta

Nos dias 11 e 12 de Junho, aconteceu a 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente realizada pelo Ibracon. Com mais de 800 participantes, o evento trouxe palestrantes do Brasil e do exterior. Merece especial destaque a presença de diversos acadêmicos, que abordaram temas como o futuro da profissão e o papel cada vez mais relevante das tecnologias disruptivas. A cobertura completa da Conferência ocupa 17 páginas desta edição.

Outro assunto que está em alta neste número da Revista Transparência é a “credibilidade”. Nas eleições de 2018, esse ponto tem sido crucial, com frequentes questionamentos aos agentes políticos acerca de sua probidade e de seu compromisso com a moralização da vida pública. Para discorrer sobre o assunto, convidamos o cientista político Ivan Fernandes, da UFABC. Além de fazer uma “radiografia” do momento atual, ele traça as perspectivas, felizmente otimistas, para o futuro. Confira artigo da página 32.

Ainda inspirados pela questão da credibilidade, incluímos nesta edição uma entrevista com Samuel Pessoa, da Fundação Getulio Vargas. O economista fala dos remédios – alguns amargos – que serão necessários para que o Brasil recupere a confiança dos investidores e volte a crescer no ritmo necessário para absorver a mão de obra ociosa e gerar riquezas suficientes para melhorar a vida dos cidadãos.

Também fizemos uma reportagem sobre a Auditoria Independente no Terceiro Setor e mostramos as peculiaridades da ITG-2002 (Interpretação Técnica Geral). Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em setembro de 2012, essa norma específica de contabilidade aplica-se às Organizações Não-Governamentais (ONGs) e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Na seção Perfil, Gildenora Milhomem, Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, fala sobre sua trajetória: os desafios que superou, os valores de família que sempre pautaram suas decisões, a dedicação e o perfeccionismo que lhe permitiram chegar tão longe na carreira e as transformações legais e tecnológicas que acompanhou em 32 anos de serviço público.

Boa leitura!

Francisco Sant’Anna
PRESIDENTE DO IBRACON



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Nesta edição



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

12

8ª Conferência do Ibracon

Perspectivas da profissão e novas tecnologias dominaram programação do evento, que chegou à sua oitava edição e reuniu mais de 800 participantes. Foram dois dias de palestras e debates, com especialistas do Brasil e do Exterior

Samuel Pessoa

“O Brasil pode recuperar a credibilidade e voltar a atrair investimentos, desde que restaure o tripé macroeconômico e se torne menos fechado”, afirma o economista, famoso por sua defesa do livre mercado

6

Foto: arquivo pessoal

Hack in Sampa

Com patrocínio do Ibracon, evento promovido pela incubadora “Cidade Viva” chegou à segunda edição com 13 equipes formadas por “craques em tecnologia”, que se reuniram com o objetivo de criar ferramentas que ajudem a monitorar o uso de dinheiro público



Instituições em crise

Em artigo, o cientista político Ivan Fernandes, da Universidade Federal do ABC, traz reflexões sobre o momento de transformação pelo qual passa a sociedade brasileira e a necessidade de redimensionar os papéis institucionais



Gildenora Milhomem

A trajetória de luta e sucesso da Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, que, em mais de 30 anos de serviço público, obteve reconhecimento pelo seu esforço, pela capacidade de superar desafios e, principalmente, pelo perfeccionismo com que executa cada uma de suas funções



Contabilidade e Auditoria do terceiro setor

As ONGs e as OSCIPs devem segregar todos os recursos recebidos dos doadores, efetuar o registro contábil do trabalho voluntário, realizar balanço patrimonial e manter, em ordem, as demonstrações de fluxo de caixa e de movimentação do patrimônio





“Precisamos abrir a economia e restaurar a meta fiscal”

Para Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil tem condições de recuperar a credibilidade e voltar a atrair investimentos, “desde que restaure o tripé macroeconômico e se torne menos fechado”

O Brasil tem jeito?

“Sim”, responde Samuel Pessoa, um dos principais economistas brasileiros, especialista em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, com ênfase em taxas, Educação e gasto público. “Mas, temos muita lição a fazer”, ele alerta.

Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), professor da pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (EPGE/FGV), chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e editor da revista “Pesquisa e Planejamento Econômico”, além de bacharel e Mestre em Física

pela USP, Pessoa recebeu a reportagem da Revista Transparência em seu apartamento no bairro de Higienópolis, em São Paulo. Durante mais de duas horas, falou de política, economia, desenvolvimento – e ressaltou que, sendo um país tão desigual, o Brasil não pode, ainda, sonhar com o Estado mínimo, mas deve realizar ajustes com urgência e tornar-se mais eficiente.

RT – O que o Brasil precisa fazer para retomar o crescimento econômico a partir de 2019?

SP – O primeiro passo é reconstruir a estabilidade fiscal. Explico: o Congresso Nacional estabeleceu uma série de responsabilidades para o setor público, mas não definiu bases tributárias suficientes para financiar essas atribuições. Desse modo, temos uma inconsistência estrutural no Estado brasileiro – e essa inconsistência foi acarretada pela política. Agora, precisamos realizar reformas que corrijam essa discrepância, e a principal delas é a Reforma da Previdência – inclusive a do setor público. A proposta enviada ao Congresso pelo Presidente

Temer, em 2017, mexe muito com esse aspecto. Portanto, quando falo em “Reforma da Previdência”, refiro-me às Previdências dos setores público e privado, aos benefícios previdenciários, às pensões por morte, às previdências da União e dos estados. Penso, portanto, em um pacote capaz de tornar os critérios de elegibilidade a esses benefícios mais rígidos. Além disso, a gente precisa aumentar a carga tributária.

RT – Aumentar impostos?

SP – Sim. Quando falamos em aumentar a arrecadação tirando as isenções e os subsídios, todo mundo concorda... até “cair a ficha” de que, de uma maneira ou de outra, todos são beneficiados por algum desses elementos. Para recompor as contas públicas, será inevitável aumentar mais impostos indiretos – o CIDE da gasolina, as alíquotas de PIS, COFINS, ICMS etc. Ou, então, precisaremos avançar em algumas rendas que são poucos tributadas. Eu penso, por exemplo, no imposto territorial rural, que é muito baixo no Brasil, e nos dividendos que são isentos de imposto de renda para pessoa física. Porém,



Foto: arquivo pessoal

**PARA RECOMPOR
AS CONTAS PÚBLICAS,
SERÁ INEVITÁVEL
AUMENTAR MAIS
IMPOSTOS INDIRETOS –
O CID DA GASOLINA,
AS ALÍQUOTAS DE PIS,
COFINS, ICMS ETC.**

essa isenção justifica-se porque o dividendo é uma distribuição de lucro, e este é muito tributado na pessoa jurídica – afinal, são as PJs que operam no regime do lucro real. Ou seja: dividendo é um assunto mais complicado do que as pessoas pensam. Temos ainda os regimes especiais – tanto o simples quanto o lucro presumido –, amplamente utilizados por pessoas que abrem uma PJ para pagar menos imposto. Além disso, há vários municípios que não arrecadam quase nada de imposto predial.

RT – Aumentar impostos não acaba trazendo mais a economia?

SP – Sim, e este é um dos elementos que a política tem que considerar. A gente tem um conflito distributivo aberto na sociedade brasileira hoje. A expressão desse conflito distributivo é um Estado que não cabe dentro dele. E isso se transforma em uma dívida pública, que cresce como bola de neve.

Se essa dívida pública não for tratada, a gente volta para a inflação dos anos 80 – e eu costumo dizer que, pior do que inflação para tratar do conflito distributivo, só guerra civil. Ou seja, é melhor lidar com o nosso conflito distributivo de uma forma mais civilizada do que a inflação. Mesmo porque a nossa experiência já mostrou que quem mais perde com inflação são as pessoas mais desfavorecidas. Medidas que reduzam muito o gasto público podem ter um

impacto ruim sobre os mais pobres, sobre a desigualdade. Evidentemente, a gente sabe que o gasto público brasileiro é muito pouco focado, e que todo pacote contratual associado ao servidor público é muito mais favorável do que as condições normais do mercado.

RT – É possível gastar menos com o funcionalismo?

SP – Sim, existe um espaço, tanto nos ativos como nos inativos, para reduzir gastos com folha de pagamento. E a aposentadoria do servidor público é muito elevada, tem que arrumar isso. Agora, se eu começo a reduzir muito o gasto público, chega um momento em que eu começo a afetar o repasse de recursos para a saúde, a educação básica, a segurança, enfim: para aquelas áreas do gasto público que atendem mais as pessoas desfavorecidas.

RT – Realizar esses ajustes demanda um esforço do Congresso Nacional, correto?

SP – Sim. O novo Congresso tem a missão de fazer política com P maiúsculo, porque isso que estamos discutindo é a grande política. É para isso que servem os políticos: cabe a eles fazer essa mediação, essa escolha. O técnico pode apenas apontar caminhos, mostrar os *trades off*, bem como os custos e benefícios de cada uma das opções. Mas as escolhas são efetivamente feitas pelos políticos eleitos. Cabe lembrar que o tipo de governo que temos no Brasil é o presidencialismo de coalizão, ou seja: o Presidente da República faz a pauta, coordena, dá diretrizes. Mas a última palavra é do Congresso.

RT – Nos anos 90, o Brasil debelou a inflação com a adoção de um tripé de equilíbrio constituído por câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal.

Os dois últimos itens foram praticamente ignorados na última década. O senhor entende que hoje seria possível retornar essa fórmula ou outros ajustes se tornaram necessários?

SP – O tripé da estabilidade é formado por câmbio flutuante, regimes de metas de inflação e superávit primário – ou seja, a dívida do Estado deve ser solvente, caso contrário o resto não funciona e vamos para a inflação. Em resumo, o Estado tem que caber dentro do seu orçamento. Portanto, essa é a agenda: voltarmos para o tripé, que já foi reconstruído em grande parte. O câmbio está flutuando, a inflação está dentro da meta, mas estamos correndo o risco de o Banco Central não conseguir estabilizar a inflação dentro da meta nos próximos anos.

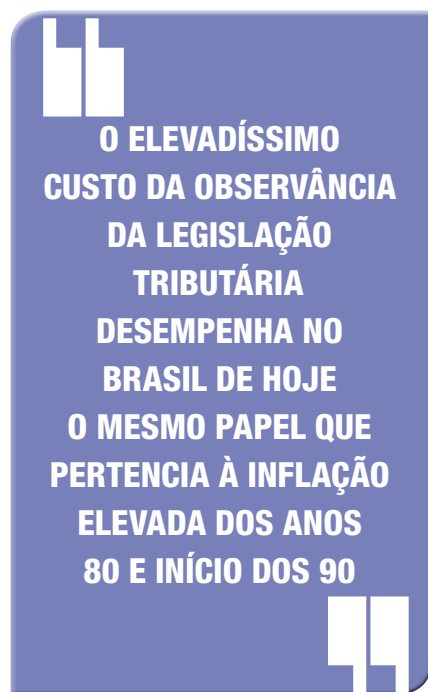
RT – Por quê?

SP – Justamente porque a dívida pública cresce que nem bola de neve. Pode chegar um momento em que a dívida pública seja tão grande que o BC não consiga mais subir os juros. A função da taxa de juros é ser um instrumento regulador da demanda agregada: quando a inflação está subindo, o BC aumenta os juros. Em resposta, a demanda agregada esfria e a inflação cai. Quando a inflação está caindo muito, o BC reduz a taxa de juros, o que aquece a economia e faz a inflação subir. Quando a dívida pública cresce muito, esse poder regulador da taxa de juros desaparece, e aí temos que aceitar a inflação. A restauração do equilíbrio fiscal é, portanto, fundamental para que a Economia brasileira volte a crescer.

RT – Estamos falando de qual ritmo de crescimento?

SP – A agenda do crescimento contém uma série de medidas microeconômicas, regulatórias e institucionais.

A reforma tributária, por exemplo, é importante para reduzir o custo de observância da legislação tributária, que é justamente o custo das empresas para processar impostos. O elevadíssimo custo da observância da legislação tributária desempenha no Brasil de hoje o mesmo papel que pertencia à inflação elevada dos anos 80 e início dos 90.



RT – O senhor poderia explicar?

SP – Naquela época, as empresas mantinham um departamento financeiro muito grande porque, se errassem a administração do caixa, poderiam quebrar. Além disso, os bancos eram enormes, inchados, cheios de funcionários e com imensas filas. E por quê? Porque, naquela época, os bancos dedicavam-se basicamente a disponibilizar instrumentos adicionais de pagamento, que não fossem o papel-moeda. E por quê? Porque o dinheiro vivo desvalorizava. Ou seja, nas empresas, nos bancos, havia um imenso número de pessoas alocadas apenas para lidar com a inflação. Ninguém

estava produzindo, criando, inovando. Atualmente, vivemos algo parecido com esse elevadíssimo custo de observância da legislação tributária. No Relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, o Brasil figura como o último colocado nesse quesito. Aqui, se uma empresa produz em uma localidade e vende bens ou serviços em todos os Estados brasileiros, ela é obrigada a pagar 25 ICMSs diferentes – um para cada Estado. A cada semana, surgem normas diferentes, expedidas pelas diversas Secretarias estaduais. Ou seja, essa empresa precisará de um funcionário para lidar com as regras de cada Estado, o que se traduz em 25 colaboradores dedicados a pagar corretamente o ICMS! É uma loucura.

RT – Como resolver isso?

SP – A melhor saída seria construir um imposto sobre valor adicionado (IVA), que agruparia IPI, ICMS, PIS, Cofins e ISS. Agora, eu reconheço que falar é fácil, mas fazer é super difícil, porque o ISS, por exemplo, é municipal, e sua alíquota varia de um Município a outro. Além disso, seria necessário pensar em uma solução para a Zona Franca de Manaus. Enfim, trata-se de uma construção política muito complicada, mas que precisa ser enfrentada.

RT – Que outras providências microeconômicas seriam fundamentais?

SP – Defendo a abertura da economia, que traz em seu cerne duas agendas: uma delas, mais simples, consiste em reduzir tarifas de importação; a outra refere-se a simplificar o processo de importação e exportação. Hoje, é muito complicado importar e exportar serviços, e essa agenda precisa ser implementada para gerar crescimento econômico. A outra providência essencial seria repensar o próprio funcionamento do Estado brasileiro.

RT – De que forma?

SP – Toda a forma de institucionalizar o setor público tem que mudar. Desde o escândalo dos Anões do Orçamento (*grupo de congressistas brasileiros que, no final dos anos 80 e início dos anos 90, efetuou fraudes com recursos do Orçamento da União. Estima-se que os envolvidos desviaram mais de R\$ 100 milhões dos cofres públicos. Em 1993, a “CPI dos Anões do Orçamento” investigou 37 parlamentares e pediu a cassação de 18 deles, mas apenas seis perderam o mandato. A denominação de “anões” deve-se ao fato de os principais envolvidos serem políticos sem grande repercussão nacional, ou seja, “anões de poder” no Congresso Nacional*), avançamos muito na agenda de controle do Estado brasileiro. O Tribunal de Contas da União (TCU) aumentou muito, criamos a Controladoria-Geral da União (CGU)... Enfim, dotamos o Estado de diversos mecanismos de controle, mas o gestor público acabou perdendo o poder. Só que ele precisa de mais autonomia, inclusive para fazer contratações temporárias no setor privado.

RT – O senhor considera que o combate à corrupção tem papel importante na recuperação da Economia?

SP – A percepção de que a corrupção seja a causa de todos os problemas está totalmente equivocada. De fato, ela acarreta ineficiências, mas, se fosse só a corrupção, seria ótimo: prende os corruptos, muda um pouco a legislação para desestimular a rouboalheira e faz aparecer 200 bilhões de reais no orçamento do Tesouro Nacional todo ano. Só que não é tão simples.

RT – E como recuperar a confiança dos investidores? Como voltar a atrair capital estrangeiro?



Foto: arquivo pessoal

SP – Fazendo tudo isso que a gente conversou. O maior problema de confiança é você ter um tesouro que não consegue estabilizar a dívida dele. Agora, se você reconstruir o tripé econômico, especialmente a estabilidade fiscal, você cresce 2,5% ao ano. Se fizer o resto, ou seja, se promover a abertura da economia e encampar uma Reforma Tributária que simplifique o sistema de arrecadação, teremos condições de crescer 4,5% ao ano. E, obviamente, um país que cresce a 4,5% atrai mais investidores do que aquele que cresce a metade disso.

RT – Privatizações: o senhor as considera importantes para restabelecer o equilíbrio dos cofres públicos?

SP – As privatizações podem até ajudar, porque fazem entrar algum dinheiro. Mas não é por isso que devemos fazê-las. Explico: a privatização é um instrumento para aumentar a eficiência de funcionamento da economia e melhorar a qualidade da política. Os

recentes escândalos de corrupção são autoexplicativos.

RT – Em quais setores as privatizações deveriam ser iniciadas?

SP – Bem, um dos motivos de os *spreads* bancários serem tão altos no Brasil é que metade do mercado é dominado por gente muito ineficiente. Aí, os eficientes ganham, nadam de bráçada. Então eu acho que, se a gente privatizasse por completo o Banco do Brasil, seria ótimo. Mas tem que tomar cuidado, porque você tem que privatizar para um cara novo. Não pode vender o Banco do Brasil para qualquer um dos três grandes bancos privados que hoje predominam no País. Além disso, não vejo nenhuma importância em ter uma empresa petroleira. E, novamente: a privatização da Petrobras, caso acontecesse, teria de ser feita com muito cuidado, para não gerar monopólios privados. Os dutos poderiam ser mantidos como bens públicos, assegurando-se o direito de passagem,

e vários operadores poderiam usar os dutos. Senão, você transforma monopólio público em monopólio privado. O ideal é o modelo adotado nos Estados Unidos, onde o mercado determina os preços do subproduto do petróleo.

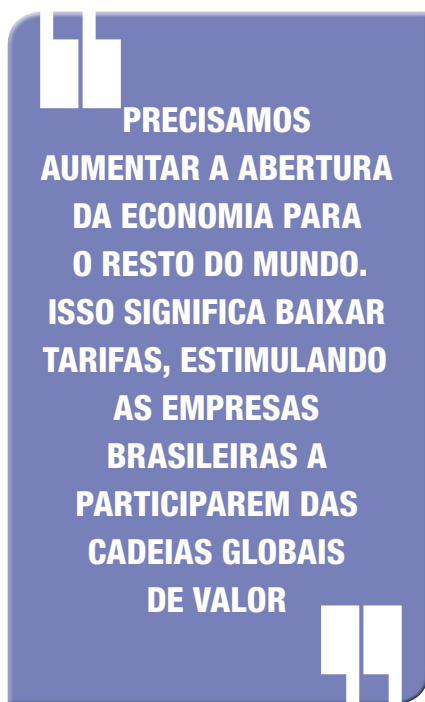
RT – O Brasil aparentemente exporta menos do que seria capaz. Como o País poderia rever sua atuação como exportador e melhorar sua relação com o mercado global?

SP – Precisamos aumentar a abertura da economia para o resto do mundo. Isso significa baixar tarifas, estimulando as empresas brasileiras a participarem das cadeias globais de valor. Em diversas indústrias, a eficiência econômica e os ganhos de produtividade fizeram com que o processo produtivo fosse dividido em mil etapas – e que cada uma dessas etapas pudesse ser feita em uma empresa diferente. Desse modo, uma parte grande do comércio internacional é, hoje, de produtos em processo. A Embraer, por exemplo: a cada R\$ 100,00 que ela exporta, R\$ 50,00 ela importa de novo. Avião são bens complexos, que envolvem muita tecnologia. Ora, a Embraer é especializada em algumas etapas do processo produtivo – o restante, ela compra fora. Então, essa lógica tem que valer para tudo, é assim que vamos aumentar a eficiência produtiva do país e retomar o crescimento. Desde Adam Smith, sabemos que um dos segredos do crescimento econômico e do ganho de produtividade é a divisão do trabalho. As pessoas se especializam, os países se especializam. Aliás, a redução de pobreza no mundo deve-se, em grande parte, ao ganho de eficiência.

RT – Agências reguladoras: elas ainda cumprem um papel importante ou se tornaram mais um obstáculo ao empreendedor?

SP – Elas cumprem um papel muito importante, mas foram bastante aparelhadas. A reconstrução das agências reguladoras deve fazer parte da agenda de recuperação econômica.

RT – Senadores, deputados, todos se dedicam a criar leis voltadas a nichos do eleitorado. Em geral, essas leis pressupõem a criação de novos serviços e benefícios – que, inevitavelmente, serão irrigados pelo dinheiro dos contribuintes. O senhor acredita que seja possível



reverter esse *modus operandi*? E, principalmente, o senhor entende que grande parte dos nossos déficits – na União, nos Estados, nos Municípios – possam ser atribuídos a esse modo de legislar?

SP – Em primeiro lugar, considero importante falar sobre o eleitor mediano. Quem é ele? É aquele indivíduo que fica exatamente na faixa intermediária entre a metade mais pobre e a metade mais rica da população. No Brasil, um mediano é muito pobre, porque existe um pequeno percentual de pessoas

muito ricas puxando a média para cima. Como o voto, no Brasil, é universal e obrigatório, a preferência que tende a prevalecer é a mediana. E esse eleitor vota para aumentar imposto e distribuir dinheiro, para programas sociais etc. É por isso que, no Congresso Nacional, existe essa pressão permanente por aumento de gastos generalizados. Gastos que são transparentes, legítimos e tudo o mais, porém, são caros. E existe um limite para a capacidade fiscal do País. Assim, temos duas lógicas diferentes que atuam conjuntamente no Congresso Nacional: uma delas é essa, de atender ao eleitor mediano; a outra é a da Ação Coletiva.

RT – E em que consiste a Ação Coletiva?

SP – “A Lógica da Ação Coletiva” é o título de um livro do cientista político Mancur Olson, escrito nos anos 60. Na obra, Olson descreve como os pequenos grupos de pressão – que podem ser formados por idosos, artistas, representantes de um grupo profissional etc. – se organizam para constranger o Congresso, obrigando-o a aprovar leis que os beneficiem. Mas, a contrapartida dessa lei que beneficia um grupo específico pode ser o aumento da carga tributária do restante da população.

RT – Que erros o novo presidente e sua equipe precisam evitar para que o Brasil não permaneça nesse eterno ciclo de crescer pouco e recuar?

SP – Eu diria para ele aprender com as experiências passadas e não tentar “forçar a barra” com aquilo que já deu errado antes. Vou dar um exemplo: a indústria naval. Nós tentamos com Juscelino Kubistchek, e deu errado; tentamos com Geisel, e deu errado. Ora, por que agora daria certo? Então, este é um exemplo, mas há outros. Não vamos insistir no erro. ✓

Conseguir capital para seu negócio?

Grandes transformações exigem compromisso, do início ao fim, com as pessoas e o resultado. Sua jornada de mudança demanda respostas completas e precisas. Conte com quem faz o que realmente importa.

deloitte.com.br

Visite também: mundocorporativo.deloitte



**Straight to
the point.**

Deloitte.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Perspectivas da profissão e novas tecnologias dominaram programação da 8ª Conferência do Ibracon

Realizado nos dias 11 e 12 de junho, no Teatro Bradesco, em São Paulo, evento reuniu palestrantes do Brasil e do exterior em discussões fundamentais sobre o futuro da profissão

A Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada anualmente pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, já faz parte do calendário dos profissionais que atuam no setor. Em sua oitava edição, ela reuniu mais de 800 participantes no Teatro Bradesco, em São Paulo, que participaram de seis painéis, uma palestra e um debate realizados com especialistas do Brasil e do Exterior.

O evento é credenciado nos Programas de Educação Profissional Continuada das seguintes entidades: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do

Mercado de Capitais (APIMEC) e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Durante a abertura da Conferência, realizada no dia 11 de junho, o presidente do Ibracon, Francisco Sant'Anna, declarou que o objetivo da Conferência é oferecer uma contribuição concreta ao setor, abordando as significativas mudanças que impactam a profissão e os temas mais relevantes para o aperfeiçoamento dessa atividade. "Por isso, organizamos a programação com muito critério, convidando palestrantes e debatedores de alto nível e muito conhecimento do mercado", assinalou. "Esperamos que o consistente conteúdo da Conferência contribua para o êxito



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Francisco Sant'Anna, presidente do Ibracon dos profissionais frente aos desafios". E acrescentou: "Temos muito a fazer, aqui e em todo o mundo, no contexto da construção de um país e de uma civilização mais transparentes, éticos e íntegros".

A solenidade de abertura contou também com as presenças do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Barbosa, e do presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda. Este destacou, em seu discurso, o importante papel do auditor no momento que o País atravessa: "corrupção e fraudes afugentam investidores", afirmou. Além disso, Breda destacou que o desenvolvimento da Contabilidade e da Auditoria Independente está vinculado ao aperfeiçoamento dos profissionais, que precisam se preparar para o novo cenário que se apresenta: "Aqueles que fecharem os olhos para a educação continuada e as novas tecnologias ficarão para trás", alertou.

Por sua vez, Barbosa, da CVM, ressaltou o bom relacionamento que tem mantido com o Ibracon e lembrou



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Zulmir Ivânio Breda, presidente do CFC que os auditores desempenham papel fundamental para a criação de um bom ambiente de negócios. "Recursos e investimentos vão aonde eles são bem recebidos", salientou.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Marcelo Barbosa, presidente da CVM "Por isso, devemos manter nossas regras com o mínimo de redundâncias e ineficiências. Nada é mais importante que a informação correta, tempestiva e de qualidade", concluiu.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

A 8ª Conferência do Ibracon foi realizada no Teatro Bradesco, em São Paulo.

Reportagem sobre Noclar e trabalho acadêmico sobre apontamentos do PCAOB vencem Prêmio Transparência

A jornalista Roberta Mello, do Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, o estudante Marlon Freire Ramos e o professor universitário Gilberto Galinkin, da PUC-MG, foram os contemplados dessa edição

Logo após a solenidade de abertura os vencedores receberam as lâureas das mãos de Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Instituto; do presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna e de José Augusto Camargo, primeiro vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Realizado anualmente pelo Ibracon, com o apoio do International Accounting



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

José Augusto Camargo; o aluno vencedor, Marlon Freire Ramos, e seu professor, Gilberto Galinkin; Francisco Sant'Anna; e Eduardo Pocetti

Standards Board (IASB), o Prêmio Transparência foi idealizado com o objetivo de reconhecer e recompensar as contribuições dadas por jornalistas e estudantes universitários de Ciências Contábeis ao fortalecimento da Contabilidade e da Auditoria Independente no País.

Repórter do Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, a jornalista Roberta Mello foi laureada pela matéria intitulada “Nova Norma Permite ao Contador Informar Irregularidades”, que explicou ao grande público o teor da norma denominada Responding to Non-compliance with Laws and Regulations ou Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos (Noclar), emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão internacional emissor de normas éticas para a profissão.

Na categoria Universitário, o contemplado foi Marlon Freire Ramos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Ele e seu professor orientador, Gilberto Galinkin, foram responsáveis pelo trabalho acadêmico “Análise dos Apontamentos do PCAOB nos Relatórios de Inspeção das Firms de Auditoria Brasileiras”, que aborda a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), órgão que ficou responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade de auditoria independente nas empresas que negociam na bolsa de valores norte-americanas. O texto premiado discute a estrutura normativa de auditoria dos EUA, analisa os paralelos entre as normas internacionais e brasileiras de auditoria e constata que o PCAOB vem exercendo papel importante na asseguuração da qualidade dos trabalhos de auditoria realizados.

Além de terem sido recebidos na solenidade ocorrida durante a Conferência, os premiados viajarão a Londres com todas as despesas pagas. Lá, conhecerão a Universidade de Cambridge e participarão de fóruns internacionais de Contabilidade e Auditoria e poderão conhecer o International Accounting Standards Board (IASB), organização internacional responsável por publicar e atualizar as International Financial Reporting Standards (IFRS).



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

José Augusto Camargo, Roberta Mello, Francisco Sant'Anna e Eduardo Pocetti



Miklos Vasarhelyi, da Rutgers Business School, palestrou sobre o futuro da profissão

Professor explicou como as tecnologias disruptivas estão modificando o trabalho de auditoria e enfatizou importância de transformar as novidades em fatores de atração para os novos profissionais

Uma profissão tediosa, na qual se trabalha muito e demora-se anos para alcançar uma renda compensadora: é assim que a carreira de Auditor é vista por muitos jovens. A constatação foi apresentada pelo professor da Rutgers Business School Miklos A. Vasarhelyi, que ministrou a palestra “O Futuro da Auditoria: *Big Data*, Métodos Analíticos, Automação de Processos Robóticos, Dados Exógenos e Integração de Processos” no primeiro dia da 8ª Conferência do Ibracon.

Segundo Vasarhelyi, que também dirige o Centro de Pesquisa Contábil da Rutgers e o Laboratório de Auditoria Contínua (CarLab), as novas tecnologias podem ajudar a remodelar essa imagem que o trabalho de Auditor fixou na mente dos mais jovens: “A automação de processos robóticos, o reenquadramento da auditoria, rumo à asseguaração em diversos aspectos, e o *re-skilling* – ou requalificação – do auditor não deixam a carreira ser nada tediosa”, garantiu. “A prática de auditoria contínua, que produz resultados simultaneamente, ou em um pequeno período de tempo após a ocorrência de um evento relevante, tende a racionalizar a jornada de trabalho”, destaca



Miklos Vasarhelyi

o professor. “Do mesmo modo, as dinâmicas de remuneração também estão se transformando dentro das empresas”.

Vasarhelyi lembrou ao público que estamos na era da *Big Data*, ou seja: temos uma imensa quantidade de informações a respeito dos mais diversos assuntos, e todo esse “estoque de dados” pode e deve ser utilizado, cada vez mais, para a prática da auditoria. “Muitas vezes, o uso de dados exógenos pode gerar uma nova abordagem ou conclusão”, explicou.

PROJETO RADAR

“Húngaro com alma carioca”, como ele próprio se define, Vasarhelyi passou a maior parte da infância e juventude no Rio de Janeiro. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mas mudou-se para os Estados Unidos e lá trilhou toda a sua carreira acadêmica. É PhD em Sistemas de Informação de Gestão pela Universidade da Califórnia e presta consultoria para empresas e governos.

Atualmente, coordena o projeto RADAR, que busca facilitar a integração do processo de auditoria com a análise

de dados, bem como demonstrar, por meio de pesquisas, como isso pode efetivamente levar a avanços na profissão de contador. “Os projetos de pesquisa do RADAR, atualmente, são focados em Seleção Multidimensional de Dados de Auditoria, Mineração de Processos (*process mining*) e Visualização”, elencou Vasarhelyi.

Esclarecendo item por item, ele demonstrou que a Seleção Multidimensional de Dados de Auditoria pretende obter avanços na capacidade de processamento de dados e nas técnicas de análise de dados. “Dessa forma, os auditores terão condições de avaliar toda a população, em vez de examinar apenas uma determinada amostragem”, assinalou. De acordo com ele, os dados são submetidos a duas etapas: na primeira, os dados passam por um “filtro de riscos significativos”, e na segunda, é aplicada a técnica de análise de dados, que estabelece exceções, priorizações etc.

O *process mining*, por sua vez, permite avaliar a eficácia dos processos internos, analisando variantes diversas. “Temos a ‘Análise de Variante’, que identifica variantes aceitáveis e notáveis; a ‘Análise de segregação de funções’, que examina as circunstâncias do processo e colaboradores que violam os controles de segregação de funções; a ‘Análise de pessoal’, que investiga colaboradores que estão envolvidos em múltiplas violações de controle potenciais; e a ‘Análise de *timestamp*’, que detecta questões relacionadas ao tempo, como as que acontecem durante os finais de semana, e processa instâncias que tenham grande período de duração”, esclareceu o professor.

O terceiro projeto, “Visualização”, tem como objeto de desenvolvimento um gráfico de dispersão tridimensional, para investigar o relacionamento entre mais de três variáveis e

Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

identificar potenciais riscos. “O gráfico em 3D fornece mais informações que o 2D”, elucidou.

IPA E RPA

A palestra de Vasarhelyi prosseguiu com os temas de Automação de Processos Robóticos (RPA, do termo em inglês *Robotic Process Automation*) e *Intelligence Process Automation* (IPA), com base em um trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras Abigail Zhang e Andrea Rosario, também da Rutgers Business School.

Fundamentais à automação de tarefas rotineiras, essas novas tecnologias podem constituir uma resposta eficaz aos anseios dos jovens profissionais que temem os aspectos que, a eles, parecem “tediosos” na carreira de Auditor: “O RPA pode ser compreendido como um *software* que automatiza tarefas definidas, repetitivas e de grande volume, que seguem regras e são padronizadas, como extração de dados e limpeza por meio de interfaces de usuários existentes”, explicou. “Os robôs RPA conduzem o trabalho da mesma maneira que os humanos o fazem”.

O RPA está integrado ao IPA, que, além desta tecnologia, abrange também o *Workflow Inteligente* (*software* para gerenciamento de processos que integra tarefas realizadas por grupos de humanos e máquinas), o sistema de *Machine Learning/Análises Avançadas* (algoritmos que identificam padrões em dados estruturados, como informações de *performance* diária, por meio de aprendizagem “supervisionada” e “não supervisionada”), a *Geração de Linguagem Natural* (mecanismos de *softwares* que criam interações independentes entre humanos e tecnologia, ao seguir regras para traduzir observações de dados para prosa) e *Agentes Cognitivos* (combinação entre *machine learning* e geração de linguagem natural, para construir uma força de

trabalho, ou “agente”, completamente virtual e apto a executar tarefas, comunicar-se, aprender a partir de conjuntos de dados e até detectar emoções).

Vasarhelyi finalizou a palestra com uma descrição do que ele imagina que será a nova auditoria: baseada em *Big Data*, com amplo uso de inteligência artificial – mas em soluções menores, bem focalizadas – e com amplo uso de *blockchain* e contratos inteligentes.

Painel sobre o futuro da profissão discutiu a importância de agregar especialistas de outras áreas

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, mediou o debate. Em pauta, três aspectos principais: pessoas, tecnologias e a visão das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes

O “Debate sobre o futuro da profissão” ocorreu no primeiro dia da 8ª Conferência do Ibracon, como uma espécie de continuação à palestra inaugural proferida pelo professor Miklos Vasarhelyi, da Rutgers Business School.

Com mediação de Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, a mesa-redonda contou com as participações do próprio Vasarhelyi e também de Charles Krieck, presidente da KPMG no Brasil e América do Sul e membro do Conselho de Administração (CA) do



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Charles Krieck

Ibracon; Cláudio Camargo, sócio líder de Auditoria da EY; e Eduardo Camillo Pachikoski, presidente da PP&C Auditores Independentes e, também, membro do CA do Ibracon. Para melhor cobertura dos diversos aspectos dessa discussão, os debatedores abordaram separadamente três subtemas: pessoas, tecnologia e a visão das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

“O futuro da profissão já chegou”, resumiu Eduardo Pocetti, antes de passar a palavra para Krieck, que desenvolveu o tema “pessoas” e traçou



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Cláudio Camargo

uma espécie de “perfil” do profissional que melhor atenderá às expectativas do mercado de agora em diante. “O novo auditor precisará ter conhecimento de processos e tecnologias, além de exímia comunicação com os clientes”, afirmou.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Charles Kriek, Eduardo Poccetti, Eduardo Camillo Pachikoski, Cláudio Camargo e Miklos Vasarhelyi

Kriek apontou a necessidade de as firmas e entidades de auditoria ficarem mais próximas da academia, bem como do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), para “analisar como permitir o ingresso de especialistas não-contadores nas firmas de auditoria, para que possam trazer sua *expertises*, e depois terem a Contabilidade como uma segunda profissão”, e salientou que as expectativas das novas gerações em relação ao futuro profissional já não são as mesmas: “Meu sonho era virar sócio, mas agora não é mais assim. Hoje, a possibilidade de atuar regional ou globalmente é o que se constitui como um fator muito mais relevante para a retenção dos profissionais”.

TECNOLOGIAS E AMBIENTE REGULATÓRIO

Cláudio Camargo abordou a questão das tecnologias e da atuação conjunta aos órgãos reguladores. “Ambiente regulatório sempre existiu. Se é mais rígido agora, devemos ver isso como algo positivo. Os *softwares* de auditoria são ferramentas auxiliares importantes, que podem ser acompanhadas até pelos clientes”, destacou.

De acordo com Camargo, as firmas de menor porte também estão expostas ao desafio de se



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Eduardo Camillo Pachikoski

atualizar tecnologicamente. “Se não nos prepararmos, as firmas de auditoria arriscam-se a não sobreviver”, alertou. “Dados completos, celeridade, assertividade: tudo isso é essencial”.

Com a tarefa de explanar especificamente sobre os desafios enfrentados pelas Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes, Pachikoski afirmou: “Disponer de novas tecnologias impacta a duração de um projeto, e ainda que essa atualização tecnológica exija investimentos, estes não são um bicho de sete cabeças”, comentou, em tom bem-humorado. “Hoje existem *softwares* de auditoria que podem ser adquiridos a preços acessíveis. O fato é que nenhuma firma pode deixar de incorporar o que existe de mais inovador e eficiente a seus processos”, resumiu o especialista.

“O impacto dos riscos cibernéticos no mundo corporativo”: especialistas em segurança virtual discutiram o tema

“*Cyber security*”: como garantir a segurança dos dados que transitam pelo mundo virtual? As empresas brasileiras estão se preparando para lidar com mais esse desafio?

Kevin Moffitt, professor de Sistemas de Informação Contábil na Rutgers Business School; Paula Ester Leitão, chefe adjunta do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil; e Leandro Augusto Marco Antonio, representante do Ibracon e sócio líder de Cyber Secutiy em firma de auditoria independente, integraram o painel de discussões sobre “O impacto dos riscos cibernéticos no mundo corporativo”. Rogério Garcia,



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Kevin Moffitt

diretor Técnico do Ibracon Nacional, foi o responsável pela mediação.

A primeira palestra ficou por conta de Paula Ester Leitão, que ressaltou: “O ambiente bancário brasileiro é marcado pelo uso intensivo de Tecnologia de Informação (TI) e por um alto grau de interconectividade. Por isso, a prevenção aos riscos cibernéticos é fator preponderante na garantia de um ambiente estável para as instituições financeiras”.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Paula Ester Leitão

Salientando que o Banco Central do Brasil tem a missão de “assegurar o poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”, ela informou: “A Resolução número 4.658, emitida em 2018, enfatiza a política de segurança cibernética e a definição de requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. Assim, a política de segurança cibernética prevê que a instituição deva ser capaz de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético, além de estabelecer princípios e diretrizes para assegurar confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas”.

Ainda segundo a painelistista, a nova Resolução destaca a importância de se promover uma “cultura de segurança



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Leandro Augusto Marco Antônio, Paula Ester Leitão, Rogério Garcia e Kevin Moffitt



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Leandro Augusto Marco Antônio

cibernética”, com programas de capacitação e avaliação periódica, prestação de informações a clientes sobre precauções e o compromisso da alta administração com esses objetivos.

BLOCKCHAIN: O MAIS SEGURO

Em sua explanação, Kevin Moffitt lembrou que uma entidade que opere no ciberespaço provavelmente vivenciará um ou mais eventos de violação de segurança em algum momento, independentemente da eficiência dos controles de cibersegurança desta entidade. “Organizações podem atingir uma segurança razoável, mas não existe segurança absoluta”, garantiu

o palestrante. “É imprescindível estar preparado para detectar, responder, mitigar e se recuperar de ataques em um tempo hábil, com a menor ruptura possível em suas operações”, acrescentou.

Ao falar sobre Auditoria de cibersegurança, Moffitt observou que esta inclui um trabalho de gerenciamento de riscos, bem como a verificação desse gerenciamento, a formulação de conclusões e o preparo do relatório profissional.

Moffitt também explicou as 10 principais ameaças à segurança em aplicativos Web, e apontou a tecnologia de *blockchain* como a mais segura que existe: “A rede distribuída verifica a integridade de cada transação. Além disso, transações não podem ser alteradas e são completamente transparentes”, informou. “É por isso que os reguladores, auditores e profissionais de segurança amam a tecnologia *blockchain*”, disse, bem-humorado.

Outra aliada contra os ataques cibernéticos é a Inteligência Artificial (IA): “Os *softwares* tradicionais de detecção de *malware* identificam



assinaturas específicas e passam a monitorá-las. Já as ferramentas de IA podem aprender as características do *malware*, e então as escaneia em busca desses atributos. Elas podem, inclusive, ser treinadas para tomar decisões de colocar ataques em quarentena e notificar os supervisores para intervenção”.

Moffitt reconheceu, porém, que se a tecnologia aprimora as defesas, ela também coloca outros tipos de ameaça em cena: “Atacantes adotam o *machine learning* para se empenhar em ataques mais sofisticados, inclusive a anulação das *captchas*, que são aqueles códigos utilizados para averiguar a verdadeira identidade de um usuário”, comentou.

BRASILEIROS ESTÃO “TRANQUILOS DEMAIS”

Leandro Augusto Marco Antonio falou sobre a Pesquisa CEO Outlook, que em sua última edição trouxe alguns dados surpreendentes: 92% dos CEOs brasileiros consideram suas empresas prontas para gerenciar partes interessadas em caso de incidente, contra 74% da escala global; 91% dos CEOs brasileiros acreditam que suas empresas estejam prontas para identificar novas ameaças cibernéticas (“tranquilidade” compartilhada por apenas 69% dos CEOs em escala global); e 77% dos entrevistados brasileiros disseram que suas empresas estão prontas para conter um ataque cibernético – mundialmente, essa parcela é bem menor: 51%.

Há mais dados curiosos no estudo. Por exemplo: 45% dos CEOs brasileiros consideram que uma eventual falha em seu sistema de segurança cibernética seja a principal ameaça aos seus negócios, mas, contraditoriamente, 75% desses executivos acreditam que suas empresas estejam aptas a conter os impactos de um ataque desse tipo.

Convergência de ataque e regulações aumentaram os desafios

| Ataques | Regulações | Desafios |
|---|---|---|
| <p>Maioria dos ataques direcionados:</p> <ul style="list-style-type: none">— Ransomware e Distributed Denial-Of-Service para obter informações sobre a capacidade de uma organização responder— Aplicativos Web (Aplicativos voltados para a Internet) vulneráveis à medida, exposição de infraestruturas e dados de clientes— Ameaças persistentes avançadas (APT) contra canais digitais e usuários de backoffice— Fornecedores terceirizados como gateways para atacar seus clientes (por exemplo, o Home Depot)— Phishing / Malware / Social / Força Bruta estão mudando constantemente para contornar as defesas | <p>Aumento contínuo de regulações e fiscalização regulatória (com maior cooperação global) em todos os setores</p> <ul style="list-style-type: none">— Regulamentos estão sendo adotados globalmente (por exemplo, Regulamento Geral de Proteção de Dados - GDPR)— Penalidades mais altas para empresas que violam as regras de segurança cibernética (por exemplo, Regulamento Geral de Proteção de Dados - GDPR)— Novas diretivas podem afetar os processos de negócios atuais— Expansão da supervisão no SOC e PCI— Os regulamentos aplicáveis às organizações de serviços financeiros podem ser alargados para cobrir as empresas FinTech— Leis locais tramitando no Congresso e Senado com foco em privacidade dos dados— SEC amplia escopo de disclosure sobre as práticas de controles cibernéticos— Resolução nº 4.658, de 26/4/2018 - Bacen | <p>Vários desafios continuam a existir</p> <ul style="list-style-type: none">— Assimilando os riscos cibernéticos em riscos corporativos— Saber quais ativos uma organização possui e identificar as joias da coroa— Sistemas legados com arquitetura de segurança desatualizada— Gerenciamento e governança de acesso privilegiado— Gerenciamento de vazamento de Dados e Segmentação de Redes— Fornecedor e parceiro de negócios— Segurança em Automação e Robótica— A explosão de dados em toda a organização— Gerenciando e validando identidades digitais em todos os pontos de acesso— Segurança em tecnologias emergentes e digital |

Analizando mais detalhes

Percepção do risco cibernético

| | |
|-----|------|
| 20% | 2016 |
| 30% | 2017 |
| 45% | 2018 |

Possibilidade real de sofrer ataques

| | |
|-----|--------------------|
| 33% | Muito provável |
| 64% | Prefere não opinar |

Percepção das defesas e proteções

| | |
|-----|------|
| 65% | 2016 |
| 68% | 2017 |
| 77% | 2018 |

Existe uma preocupação real na percepção do risco e não das defesas e processos, na prática a eficiência das respostas aos riscos. Por fim, um sentimento que ainda podem ocorrer ataques ...

“Em escala global, 74% dos CEOs acreditam que um ataque cibernético seja a principal ameaça para suas organizações, e apenas 57% confiam que suas empresas estejam aptas a conter os impactos de uma ocorrência dessas”, afirmou o palestrante.

O palestrante ressaltou que a gestão dos riscos cibernéticos envolve inúmeros passos, como o desenvolvimento de uma cultura corporativa capaz de fazer com que todos assumam alguma parcela de responsabilidade pela segurança dos dados, pela correta avaliação das habilidades das equipes de Tecnologia da Informação (TI), pela identificação de lacunas e posterior realização dos ajustes necessários, dentre outras providências. Ele apontou, ainda, que ocorreram cerca de oito mil vazamentos de informação no ano de 2017, em

escala mundial. “Destes, apenas um foi identificado no Brasil”, observou Antonio. Isso significa que temos ambientes virtuais muito mais seguros que os outros, certo? Errado. De acordo com o especialista, podemos apenas não estar percebendo – e, conseqüentemente, não reportando – os problemas de maneira adequada.

Antonio ressaltou que a segurança cibernética de uma organização deve ser tratada como um assunto estratégico, no qual devem estar envolvidos desde os líderes até a equipe de base: “no que se refere aos recursos humanos, é necessário rever padrões e investir em treinamento e capacitação”, disse. Ele também apontou os desafios acarretados pela convergência entre a ocorrência de ataques e o surgimento de regulações mais rígidas (veja quadro acima).

Contabilidade pública de qualidade foi tema de destaque no Painel “Setor Público - IPSAS, auditoria financeira e transparência”

Sob a mediação de Francisco de Paula dos Reis Júnior, Diretor de Administração e Finanças do Ibracon, especialistas discutiram desde experiências internacionais até a atuação da sociedade civil brasileira

O último painel realizado no primeiro dia da 8ª Conferência do Ibracon intitulou-se “Setor Público - IPSAS, auditoria financeira e transparência”. IPSAs é a sigla de International Public Sector Accounting Standards.

Participaram dos debates o coordenador geral de Normas de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Leonardo Nascimento; o secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU), Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra; o presidente do Observatório Social do Brasil (OSB), Ney Ribas; e Deniz Appelbaum, doutora em Sistemas de Informação Contábil na Rutgers Business School. Francisco de Paula dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças do Ibracon, foi o moderador das discussões.

O Projeto Volcker, desenvolvido na Rutgers Business School, foi o tema da palestrante Deniz Appelbaum, que deu início ao Painel. Ela explicou que o projeto focaliza os seguintes pontos:



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Ney Ribas, Leonardo Nascimento, Francisco de Paula dos Reis Júnior, Deniz Appelbaum e Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

identificar cinco procedimentos-chaves de orçamento e relatórios financeiros; classificar o desempenho de todos os estados em cada área; propor melhores práticas para os estados seguirem; manter as avaliações anuais, em cooperação com parceiros universitários; e incentivar o ensino universitário de orçamento público e finanças.

“Nós nos dedicamos a conferir a veracidade e transparência das informações financeiras governamentais”, acrescentou.

Deniz revelou que, quando a Volcker Alliance começou a examinar as práticas de relatórios financeiros e fiscais no ano de 2014, o principal objetivo era identificar os elementos essenciais a um orçamento equilibrado. “Estudamos, inicialmente, os casos da Califórnia, Nova Jersey e Virgínia. Agora, abrangemos os 50 estados norte-americanos”, informou Deniz. “Hoje, sabemos que o crescimento fraco da receita tem desafiado a capacidade

dos estados de pagar contas de infraestrutura, Medicaid (espécie de plano médico estatal), educação e pensões de funcionários públicos e assistência médica dos aposentados. As obrigações não pagas nessas áreas provavelmente excedem a receita anual do Estado, de US\$ 1,8 trilhão”, disse.

A palestrante observou, ainda, que o orçamento baseado em caixa permite que os estados empurrem alguns custos para as gerações futuras, a fim de manter os orçamentos equilibrados de acordo com as Constituições, estatutos ou tradições. “As melhores práticas de orçamento estatal não podem apoiar a estabilidade fiscal e a



Leonardo Nascimento



Tiago Dutra

formulação de políticas bem informadas sem que haja vontade política para adotá-las e aplicá-las no longo prazo”, declarou.

Em relação às melhores práticas, Deniz elencou, dentre outras, a importância da contabilidade orçamentária, dos fundos de reserva

Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula



fiscal e da transparência. “Precisamos zelar para que os recursos do contribuinte sejam tratados com respeito”, ressaltou.

NORMAS DEVEM SER CLARAS

Leonardo Nascimento, da STN, abordou a importância das Reformas Contábeis no Setor Público. “Dados pouco confiáveis, informação declaratória não verificável, dificuldade em fazer uso gerencial das informações contábeis, bem como o desalinhamento conceitual e a existência de vieses são alguns dos desafios enfrentados na implantação das IPSAs no Brasil”, ele declarou.

Lembrando que o Brasil tem um enorme desafio – implantar as IPSAs em escala nacional, e em um país de proporções continentais –, Nascimento apresentou uma espécie de “escala”, ou “agenda” dessa implantação.

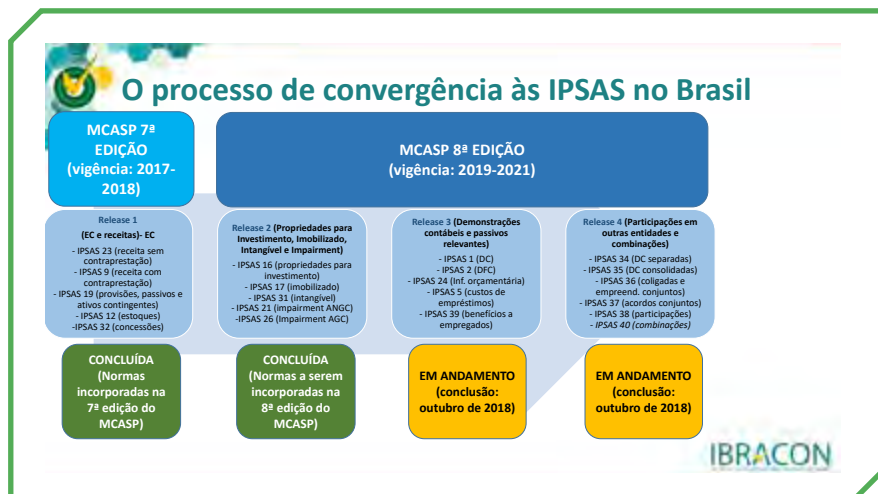


Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Deniz Appelbaum

Assim, são as seguintes Normas já incorporadas à sétima edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- IPSAS 23 (receita sem contraprestação)
- IPSAS 9 (receita com contraprestação)
- IPSAS 19 (provisões, passivos e ativos contingentes)
- IPSAS 12 (estoques)
- IPSAS 32 (concessões)



Na oitava edição do MCASP, serão incorporadas as normas referentes a propriedades para Investimento, Imobilizado, Intangível e *Impairment*. São elas:

- IPSAS 16 (propriedades para investimento)
- IPSAS 17 (imobilizado)
- IPSAS 31 (intangível)
- IPSAS 21 (impairment ANGIC)
- IPSAS 26 (Impairment AGC)

Nascimento informou ainda que, até outubro de 2018, deverão estar concluídas as IPSAS relativas às Demonstrações Contábeis e Passivos Relevantes, bem como as referentes a Participações em Outras Entidades e Combinações. “As discussões sobre outras Normas estão em curso, havendo conclusões previstas até maio de 2021”, informou Nascimento, que comparou as Normas bem elaboradas às interfaces amigáveis dos dispositivos eletrônicos: “Quanto mais perfeito for o seu formato final, mais fácil e eficaz será sua aplicação”, concluiu.

CORRUPÇÃO E DESPÉRDIO

“Temos dívidas muito superiores aos nossos ativos e não conseguimos arrecadar para reduzir esse endividamento. Precisamos melhorar a contabilidade”, afirmou Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, do TCU. “Não podemos abordar a questão da auditoria financeira no setor público

sem extrapolar o tema para as questões macro do País”, assinalou.

Valendo-se de metáforas, o palestrante comparou a saúde financeira do País ao estado de saúde de uma pessoa, e garantiu que o TCU é “um dos hospitais mais especializados do Brasil no tratamento da gestão pública”. Ele ressaltou que nossa principal “doença” é o excesso de despesas por parte dos Três Poderes.

“Desperdiçamos R\$ 70 bilhões por ano com a corrupção; R\$ 2,7 bilhões do total produzido pelo agronegócio em razão de problemas de logística; quase R\$ 25 bilhões devido a acidentes de trânsito”, pontuou, dentre outros exemplos. Segundo ele, a “cura” desses problemas passa pela implementação de uma contabilidade pública profunda e benfeita e pela adoção de medidas de austeridade. “Hoje, no TCU, temos um fluxo de mais de cinco mil processos por ano. Nosso país é um paciente crônico prestes a ter um infarto fiscal”, alertou.

SOCIEDADE CIVIL PODE SER ATUANTE

Ney Ribas, do Observatório Social do Brasil (OSB), descreveu a instituição da qual participa como um “espaço democrático e apartidário, que atua em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos por meio do monitoramento de licitações



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Ney Ribas

municipais e de ações de educação fiscal”. Em sua palestra, ele ressaltou que o objetivo da entidade é “contribuir para a eficiência da gestão pública”.

Presente em 130 cidades de 16 Estados brasileiros, o OSB foi fundado em 2013 e, segundo estimativas de Ribas, as iniciativas da entidade já ajudaram a economizar mais de R\$ 3 bilhões dos cofres públicos.

“Temos quatro eixos de atuação sistêmica”, disse. “O primeiro é a Gestão Pública, que abrange aspectos como licitações, convênios, cargos comissionados etc.; o segundo é a Educação Fiscal, e nesse eixo o OSB busca oferecer palestras, firmar parcerias institucionais, realizar o chamado ‘Feirão do Imposto’ etc.; o terceiro refere-se ao ambiente de negócios, que abarca, dentre suas ações, a capacitação de micros e pequenas empresas para a participação em licitações; e, finalmente, o quarto eixo é o da transparência, que inclui os portais da transparência, a capacitação dos Conselhos e os Relatórios da Gestão Pública”, esclareceu.

Como exemplo de atuação do OSB, Ribas mencionou um case da cidade de Blumenau (SC). Para a colocação de 113 novos abrigos de ônibus, a Prefeitura previa gastos superiores a R\$ 3 milhões. “O parecer técnico elaborado pelo OSB permitiu que esses mesmos 113 abrigos saíssem por R\$ 1,4 milhão”,

afirmou. Ou seja: a observação da sociedade permitiu uma economia superior a dois milhões de reais aos cofres públicos. “Nem tudo é por má-fé. Muito é por falta de gestão”, assegurou Ribas.

“Atualidades das IFRS” inauguraram segundo dia da 8ª Conferência do Ibracon, com forte ênfase na IFRS 17

Amaro Gomes, do IASB, afirmou que novas regras vão impactar 450 companhias de seguros. Painel foi mediado por Monica Foerster, diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes do Ibracon

A Conferência Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente trouxe o painel “Atualidades das IFRS” no início de seu segundo dia de palestras e debates. Na ocasião, Amaro Gomes, membro do Board do International Accounting Standards Board (IASB), apresentou a palestra “IASB: Agenda de trabalho e perspectivas”, e destacou que a IFRS 17 é um modelo contábil único para contratos de seguro, impactando cerca de 450 seguradoras listadas em Bolsa.

“Por ser a primeira IFRS aplicada a contratos de seguros, precisamos ter todo um trabalho de suporte à sua implementação”, explicou Gomes. “Desde a edição do pronunciamento, em maio passado, tivemos 70 reuniões com investidores, analistas, grupos mistos e agências de rating. O *feedback* tem



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Amaro Gomes

sido positivo no que se refere à transparência, informação sobre performance, consistência com outras indústrias e divulgação (*disclosures*). Mas há uma preocupação com julgamento profissional e com as opções contábeis”, afirmou o palestrante.

Ele observou, ainda, que “o *feedback* dos preparadores mostra que o custo de implementação é a principal preocupação, embora haja mitigadores relevantes, dentre os quais destaco a integração entre gestão de risco, contabilidade e regulação”.

Ao longo do Painel, que contou com a mediação de Monica Foerster, diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes do Ibracon, o palestrante ressaltou que “as novas ferramentas de tecnologia só serão eficazes se houver padrões globais de integração”. Ele também destacou que, recentemente, o IASB emitiu o documento de Estrutura Conceitual, o qual constitui a base para o desenvolvimento e a



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Jorge José Gil



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Amaro Gomes, Monica Foerster, Jorge José Gil, José Carlos Bezerra e Edison Arisa Pereira

aplicação de padrões IFRS. “Esse documento traz conceitos fundamentais, de ativo, passivo, mensuração, patrimônio, receita etc.”, informou o integrante do IASB.

Gomes também expôs um cronograma de implementação das Normas: em 2018, entram em vigor as IFRS 9 e 15; em 2019, a IFRS 16, que se refere a *leasing* e elimina o conceito de

– um trabalho que, dentre muitos passos, envolve estudos, análises e interação com outras instituições”, ele afirmou. “A IFRS 17 pode representar um desafio significativo, inclusive para contratos simples e de curto prazo”.

AMÉRICA LATINA NA ADOÇÃO DAS IFRS

Jorge José Gil, vice-presidente do Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glenif), comentou a posição da América Latina em relação à adoção das normas internacionais de contabilidade. “Superada a etapa de implementação, resta saber como está o controle sobre a aplicação das normas internacionais”, declarou.

“O processo de implementação na América Latina é bastante díspar”, observou Gil, que expôs e explicou diversos exemplos de descompasso na implementação das normas nos vários países do continente.

O vice-presidente do Glenif disse que esse descompasso não pode ser positivo. “O ideal seria estabelecer um maior relacionamento entre os distintos países da América Latina, com o objetivo de firmar procedimentos uniformes de adoção”, sugeriu. “Devemos priorizar o objetivo de lograr um único padrão de normas contábeis, para facilitar a compreensão dos relatórios

financeiros pelos usuários e promover um intercâmbio de cultura e aprendizado de Contabilidade, capacitando os professores acerca dos conceitos centrais das Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF), e inclusive inserindo estes conteúdos nos cursos universitários de formação de contadores”, acrescentou.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Edison Arisa Pereira

NORMAS INTERNACIONAIS

O superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), José Carlos Bezerra, destacou que, na busca pela qualidade da informação, a CVM moveu-se na direção da internacionalização dos padrões de contabilidade. “Foi necessário pleitear mudanças na legislação, e o Brasil ingressou no universo da aplicação de normas internacionais. A busca da consistência é altamente desejável para produzir informações úteis”, garantiu.

Após a explanação de Bezerra, foi a vez de Edison Arisa Pereira, coordenador Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), fazer suas observações. “Os principais desafios atuais são a implementação da IFRS 16, que altera a estrutura patrimonial das empresas, e também as implementações das IFRS 9, 15 e 17”, enumerou. “Incentivo a todos que entrem no site do CPC, para conhecerem melhor o que estamos realizando”.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

José Carlos Bezerra

arrendamentos operacionais e financeiros para arrendatários presentes na IAS 17, substituindo-o por um único modelo contábil, segundo o qual todos os arrendamentos, incluindo ativos imobilizados, passam a ser considerados no balanço como um “ativo de direito de uso”, tendo como contrapartida um “passivo de arrendamento”; e, em 2021, a IFRS 17.

“O IASB atua para o desenvolvimento e a introdução de cada nova norma

Experiências práticas da aplicação de novas tecnologias na auditoria independente

Como as tecnologias disruptivas podem ser aplicadas no dia a dia do Auditor? Cinco especialistas da Rutgers Business School compartilharam sua expertise sobre o tema

Assuntos como Inteligência Artificial, *Text Analytics*, *Blockchain* e até o uso de drones foram debatidos durante o Painel “Experiências Práticas da Aplicação de Novas Tecnologias na Auditoria Independente”. Participaram como palestrantes: Miklos Vasarhelyi, professor ilustre de Sistemas de Informação Contábil na Rutgers Business School, e também o professor Kevin Moffitt, a doutora Deniz Appelbaum, o pós-doutorando Mauricio Codesso e a doutoranda Andrea Rozario, todos da mesma instituição.

Vasarhelyi, que já havia proferido a palestra inaugural do evento, fez uma nova apresentação, desta vez intitulada “Inteligência artificial em auditoria: duas dissertações”. Nela, o professor da Rutgers explorou a possibilidade de aplicar os conhecimentos de “Aprendizagem Profunda” para a tomada de decisões em Auditoria:

“A Aprendizagem Profunda tem sido amplamente aplicada na identificação de imagens, reconhecimento de fala, compreensão de texto, tradução automática, jogos etc. No entanto, sua aplicação em auditoria está apenas emergindo”, explicou Vasarhelyi. “É fato que as quatro maiores firmas de auditoria do mundo estão explorando o valor da

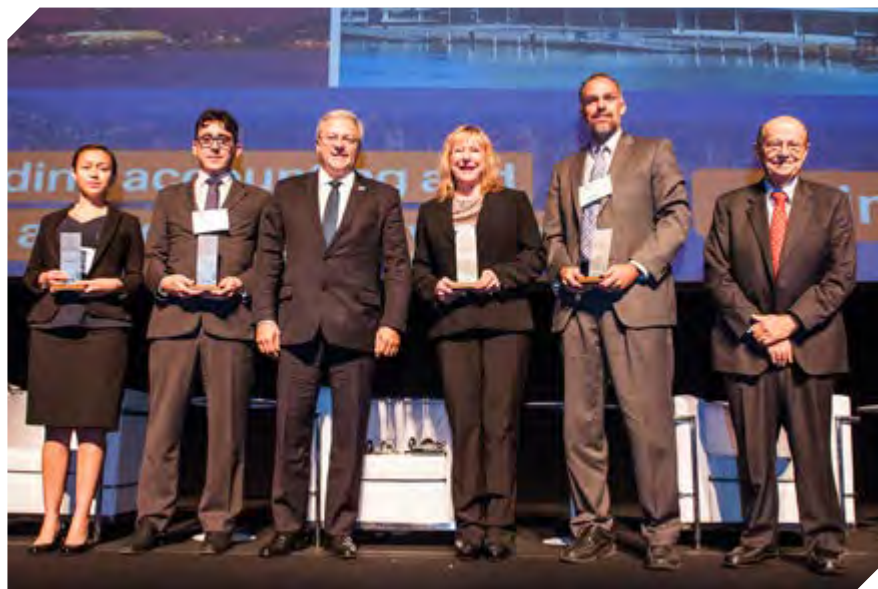


Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Andrea Rozario, Mauricio Codesso, Francisco Sant’Anna, Deniz Appelbaum, Kevin Moffitt e Miklos Vasarhelyi aprendizagem profunda, mas existe a possibilidade de ampliar esse uso e alcance. Pesquisas demonstraram o uso de *Big Data* como evidência de auditoria adicional, e a Aprendizagem Profunda integrada ao processo de tomada de decisão do auditor pode ser um caminho promissor”, destacou.

Outra novidade colocada em pauta pelo professor Vasarhelyi foi um tipo de tecnologia ativada por fala, e que pode ser acessada com a voz do usuário, por meio de imagens e/ou de informações contextuais. “Trata-se do Assistente Cognitivo, ou Assistente Pessoal Inteligente”, ele explicou. “Alguns deles lembram muito a Siri, da Apple, e são mais simples e baratos do que o Watson, da

IBM. Posso descrevê-los, basicamente, como ferramentas de Inteligência Artificial mais simples e menos onerosas do que algumas soluções oferecidas atualmente, e ressalto que elas estão aptas a fornecer assistência, responder questões em linguagem natural, fazer recomendações e até a executar algumas ações”, ele descreveu.



Miklos Vasarhelyi



Kevin Moffitt

Já o professor Kevin Moffitt preferiu abordar o conceito de *text analytics*, explicado por ele como o “processo de extração de informações assistida por computador a partir de texto”. Ele esclareceu que, por meio dessa ferramenta, é possível processar grandes conjuntos de dados e executar algoritmos complexos.

Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula



“A matéria-prima que será analisada é extraída da Internet por meio de uma pesquisa que chamamos de *text mining*, algo como ‘mineração de texto’, em português”, elucidou. “O uso de *text analytics* torna possível garimpar padrões e repetições que sinalizam tendências e possibilidades futuras”.

AUDITORIA A VOZ E GRÁFICOS TRIDIMENSIONAIS

O uso de drones como ferramentas auxiliares em algumas situações foi abordado pela palestrante Deniz



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Deniz Appelbaum

Appelbaum, que deu exemplos: “A contagem de estoque em um armazém pode ser feita com grande exatidão em apenas dois dias com o auxílio de um drone”, afirmou a palestrante. “O mesmo trabalho sem essa tecnologia auxiliar envolveria uma equipe de auditoria de 80 pessoas com *scanners* de mão e empilhadeiras, e levaria não menos que três ou quatro dias para ficar pronto”.

Dentre as vantagens trazidas pelo uso de drones, Deniz Appelbaum mencionou a economia de energia aliada ao ganho de eficiência (pequenos drones podem acessar estoques em locais difíceis), a redução de custos (dispensar a construção de pontes e edifícios para certos tipos de verificação pode representar uma queda de até 65%

nas despesas), a coleta de informações em tempo real e o ganho de segurança: “O drone permite que o ser humano se poupe da necessidade de acessar locais complicados ou perigosos”, lembrou.

Intitulada “Visualização Interativa de Dados para Detecção de Exceções”, a palestra ministrada por Maurício Codesso trouxe diferentes estilos de gráficos e mapeamentos. “A quantidade de dados disponíveis para acesso é cada vez maior ao redor do mundo, e o avanço tecnológico facilitou o uso dessas informações. Mas as maneiras de expor e analisar os dados podem otimizar ou prejudicar a compreensão do que eles realmente expressam”, ele



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Maurício Codesso

observou, acrescentando que o uso de um gráfico tridimensional, por exemplo, pode favorecer a “Visualização Dinâmica de Dados”. E salientou: “Para essa finalidade, existem diversas ferramentas disponíveis no mercado, inclusive gratuitas. Muitas delas são de fácil operacionalização, principalmente para quem já está habituado ao Excel”.

CONTRATOS INTELIGENTES

Em sua apresentação, a doutoranda Andrea Rozario abordou a “Reengenharia da Auditoria com *Blockchain* e Contratos Inteligentes”. Além de ressaltar que o advento de novas tecnologias



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Andrea Rozario

forçou as empresas a se adaptarem a um mundo eletrônico e a modificarem suas práticas de negócios, Rozario salientou que o *Blockchain* demonstra grande potencial como “uma trilha de auditoria à prova de adulteração”.

“Os sistemas de *Blockchain* são seguros e, até onde se pode prever, invioláveis”, enfatizou a palestrante. “Usado em conjunto com contratos inteligentes, o *Blockchain* pode melhorar muito os processos de negócios”, disse.

Dentre as vantagens desse tipo de sistema, Andrea Rozario elencou o menor risco de burlar controles, a padronização de dados menos trabalhosa e a possibilidade de manter um depósito para fontes de dados endógenas e exógenas confiáveis. “Além disso, o *Blockchain* fornece uma plataforma para implementação de Procedimentos de Auditoria Inteligente e permite acessar e obter relatórios quase em tempo real”, assinalou.

Outros benefícios lembrados pela palestrante foram o histórico público de transações, a “visão comum”, isto é, a uniformidade de dados e informações oferecida a todos participantes e a viabilidade de se realizar auditorias remotas em tempo real. “Além disso, contratos inteligentes facilitam a Auditoria Contínua no *Blockchain*”, finalizou Rozario.

A importância do papel do Auditor para a boa governança foi abordada em painel que teve Clinton Fernandes, do Ibracon, como mediador

Debate contou com Tiago Isaac, da B3, Richard Blanchet, do IBGC, e Marco Castro, que integra o Conselho de Administração do Ibracon

Durante o Painel “Relacionamento da Auditoria com a Governança da Entidade”, apresentado no segundo dia da 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, Richard Blanchet, que integra o Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), destacou que “as boas práticas de governança convertem princípios básicos em recomendações objetivas,



Richard Blanchet



Richard Blanchet, Tiago Isaac, Clinton Fernandes e Marco Castro

alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum”.

De acordo com o palestrante, os Conselhos de Administração surgem da necessidade de definir as estratégias de uma companhia e de pautar e fiscalizar a diretoria que deverá implementá-las. “Cabe ao auditor independente respaldar o Conselho de Administração no que se refere à validação das demonstrações financeiras”, esclareceu Blanchet, que também destacou a importância de outros órgãos de fiscalização e controle, tais como os Comitês de Auditoria, que têm o papel de zelar pela qualidade e confiabilidade do processo de elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, e o Conselho Fiscal.

“A Auditoria Independente tem como principal atribuição opinar se as demonstrações financeiras representam adequadamente a realidade daquela organização”, ressaltou. “Por isso, a contratação de Auditoria não pode se basear numa rodada de preços”.

PILARES DO MERCADO DE CAPITAIS

Em sua palestra, o Superintendente de Empresas e Estruturadores de Ofertas da B3, Tiago Isaac, explicou que



Tiago Isaac

existem quatro grandes grupos de empresas: as companhias que não enxergam valor na governança corporativa nem na auditoria contábil; as companhias que veem valor nesses trabalhos e precisam deles para obter recursos (elas percebem o retorno sobre investimento); as companhias abertas, sendo que, dentre estas, a grande maioria tem maturidade média a respeito da importância da governança corporativa; e as companhias abertas com maturidade efetiva sobre a importância da governança corporativa, e que já buscam a implementação de melhores práticas.

“As organizações que pertencem a este último grupo costumam estar na vanguarda das práticas de governança”, disse Isaac. “Além disso, aos poucos também toma corpo mais uma regra do novo mercado: a necessidade de instalação de um Comitê de Auditoria

Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

“Relatórios de Auditoria” foram abordados no último painel do evento, que se encerrou em 12 de junho

Marco Castro

Estatutário”, complementou o palestrante. “Dentre as empresas mais maduras em termos de governança, há uma valorização das críticas e dos questionamentos que os auditores apresentam, pois essa seria a ‘pedra no sapato’ indutora das melhorias em suas práticas”.

Marco Castro, membro do Conselho de Administração do Ibracon e sócio-líder de Auditoria da PwC, acentuou que os auditores atuam como “grandes pilares do Mercado de Capitais”, e destacou que “o auditor independente é aquele que tem condições de avaliar os processos de governança das empresas e fazer críticas pertinentes. Ele detém a capacidade de prover o aporte necessário à tomada de decisões”.

Os painelistas lembraram, ainda, que os auditores são responsáveis por averiguar e detectar eventuais falhas nos sistemas de controle e planos da organização, e devem zelar para que as não conformidades sejam minimizadas, atuando de maneira preventiva e apresentando sugestões para eventuais desvios. Além disso, ressaltaram: os auditores podem ser responsabilizados por erros, falhas, omissões e/ou dolo quanto à veracidade e a forma com que realizam o trabalho, estando muitas vezes sujeitos a multas e até à suspensão de seu registro.

Clinton Fernandes, diretor de Comunicação do Ibracon, atuou no papel de mediador.

Madson de Gusmão Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da CVM, e Rogério Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Ibracon, participaram dos debates finais da Convenção

Com uma minuciosa exposição de Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon, o Painel intitulado “Novos Relatórios de Auditoria” foi o último da 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente. Na ocasião, a profissional apresentou um levantamento completo dos

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) presentes nos Relatórios de Auditoria produzidos em 2016 e 2017.

A palestrante esclareceu que as comparações entre os relatórios produzidos em cada ano permitem identificar algumas mudanças, embora com pequenas variações percentuais. O ponto mais importante



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Adriana Caetano



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Tadeu Cendón, Adriana Caetano, Madson de Gusmão Vasconcelos e Rogério Mota



a ser destacado foi a prevalência do tema “Receita” em praticamente todos os relatórios.

Além disso, Adriana elencou os PAAs mais recorrentes nos vários setores da Economia: “Em instituições financeiras, chamou muito minha atenção a redução do PAA de instrumentos financeiros, que passou de 52% em 2016 para 35% em 2017”, observou. “No segmento de transporte e logística também houve aumento relevante no PAA dos instrumentos financeiros. Em rodovias e aeroportos, ativos e passivos de concessão passaram de 50 para 58%, e três companhias que não constavam em 2016 passaram a constar em 2017”.

Um ponto para o qual Adriana Caetano chamou atenção foi a mudança – para melhor – da redação dos Relatórios: “Comparando as leituras, a linguagem ficou mais acessível, o que, consequentemente, gera uma melhor comunicação com os investidores. A descrição dos procedimentos, em geral, poderia ter um detalhamento melhor”, acrescentou a painelistas.

Além da gerente Técnica do Ibracon, participaram do debate Madson de Gusmão Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e Rogério Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon. A moderação ficou a cargo de Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon.

RELATÓRIOS SEM PAAs

Questionado sobre a viabilidade técnica de existir um Relatório de Auditoria sem PAA, Rogério Mota respondeu: “Se é possível haver um Relatório de Auditor sem PAA? Sim, em tese, é. Mas é muito difícil analisar isso sem ter conhecimento do assunto”, ponderou. Vasconcelos, por sua vez, observou



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Madson de Gusmão Vasconcelos

que “se o Relatório não tem PAA, isso causa no mínimo um estranhamento”.

Sobre as mudanças de PAAs constatadas durante as comparações entre os Relatórios de 2016 e os de 2017, Adriana Caetano admitiu que a troca de auditor pode ter influenciado a mudança de proporcionalidade, pelo menos em alguns casos, mas creditou às novas circunstâncias políticas e econômicas a principal responsabilidade por essas alterações.



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Rogério Mota

Mota observou que, “a priori, a mudança de auditor não deveria influenciar a troca de PAAs. Essas mudanças devem ter mais a ver com o cenário, o momento do País”.

Vasconcelos discordou: “É bom, do ponto de vista do regulador, que a mudança de auditor interfira na mudança de PAAs. É por isso que defendemos o rodízio”, disse, arrancando reações da plateia, majoritariamente formada por profissionais da área que há muito tempo questionam o rodízio obrigatório. “Sempre achamos importante o uso de PAAs nos relatórios dos Fundos de Investimentos. A auditoria dessas organizações é mais simples do que a de empresas, e isso nos preocupa um



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Tadeu Cendón

pouco”, acrescentou Vasconcelos. “Receamos que as firmas acabem padronizando os PAAs”, concluiu.

O público participou intensamente do Painel, com várias contribuições e questionamentos. Ao final, Tadeu Cendón aproveitou a oportunidade para ressaltar a importância de se buscar a excelência e os melhores padrões na elaboração dos Relatórios de Auditoria: “O Relatório é o produto final do nosso trabalho”, declarou. ✓



Firma brasileira de Auditoria Independente,
conta com 500 escritórios em 82 países.

FAÇA SUA ESCOLHA.



27 anos



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
B K R
INTERNACIONAL



55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ

São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vitória - ES

Siga-nos:





HACK IN SAMPA



Foto: arquivo CMSP



Foto: arquivo CMSP

Tecnologia a serviço da transparência

O Ibracon é patrocinador do Hack In Sampa, evento promovido pela incubadora “Cidade Viva” com o objetivo de fomentar a criação de ferramentas tecnológicas para o monitoramento do uso de dinheiro público

Realizada desde 2017, a competição denominada Hack In Sampa tem como objetivo reconhecer e premiar as melhores ferramentas tecnológicas destinadas ao monitoramento do gasto público. O evento é uma iniciativa da incubadora de projetos sociais “Cidade Viva”, criada pelo vereador Police Neto, em parceria com empresas de tecnologia e entidades do setor privado.

Em sua primeira edição, a “maratona hacker” envolveu 11 equipes de “desenvolvedores-competidores” e deu origem a diversos sistemas de combate à corrupção que se valem de dados públicos disponibilizados pelo Portal da Transparência da Câmara e da Prefeitura. Em 2018, o evento cresceu (contou com 13 grupos participantes) e contou com o patrocínio do Ibracon - Instituto

dos Auditores Independentes do Brasil e da Fecomercio. Além disso, a iniciativa já vem sendo replicada em outros Municípios, como Campinas, Mogi das Cruzes, Santos e Sorocaba.

TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA

A vencedora de 2018 foi a plataforma “NoFaro”, que permite ao usuário visualizar no mapa da cidade obras em andamento, bem como secretarias e entidades públicas. A inspiração veio da rede social Foursquare, que cruza dados de geolocalização para encontrar locais e pessoas. Só que, em vez de baladas e restaurantes, a NoFaro mostra as licitações em andamento e outras ações do Poder Público – caso o usuário identifique alguma movimentação suspeita, ele pode denunciar.

O segundo lugar ficou com o sistema “PrevineAê”, que prevê a inclusão de QR CODE nas placas de obras na cidade, de modo que o usuário possa visualizar, no mapa do aplicativo, as obras que estão próximas a ele e as condições em que estão se desenvolvendo.

Em terceiro, ficou equipe “Cadê Meu Remédio”, que criou aplicativo mobile integrado a um painel administrativo. A ideia é evitar o extravio de remédios oferecidos pela rede pública,

por meio do monitoramento de entregas e da atualização, em tempo real, dos estoques de medicamentos disponíveis em cada Unidade Básica de Saúde. A ferramenta também ajuda o usuário a saber onde tem o remédio que ele procura.

Os três primeiros colocados ganharam R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 1 mil, respectivamente.

Durante a solenidade de premiação das equipes vencedoras, o presidente do Ibracon, Francisco Sant’Anna, declarou: “Nossa instituição apoia iniciativas como esta porque acredita que a tecnologia possa contribuir para promover boas práticas e desestimular o mau uso do dinheiro público, emprestando maior transparência às transações e estimulando a ética em toda a sociedade”.

Para desenvolverem seus projetos, os concorrentes usam como base o Projeto de Lei N° 01/2017, que implementa a Política Municipal de Prevenção à Corrupção. Segundo o vereador Police Neto, autor do PL, o objetivo de iniciativas como o Hack in Sampa é “inibir a prática de corrupção e o desvio do dinheiro público”.

O Ibracon também foi patrocinador do Hack in Santos, realizado em dezembro de 2017. ✓

Os melhores
profissionais
garantem o
melhor em
Business
English.

assurance 
TRADUÇÕES · CONTÁBEIS

Especializada em
traduções contábeis e
relatórios financeiros.

Marisa Koga

Founder & CEO

À frente das operações da Assurance, Marisa Koga foi gerente dos departamentos de tradução da Deloitte e da Andersen e supervisora do departamento de tradução da Coopers & Lybrand.



Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes (*)



Foto: arquivo pessoal

Crise sistêmica ou maturidade institucional?

Nos últimos cinco anos, uma longa e agônica crise se abateu sobre o sistema político brasileiro. A sociedade civil vem se mostrando cansada dos desmandos do sistema de relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, consagrado como presidencialismo de coalizão (ou cooperação), além da própria indisposição quanto aos serviços públicos de má qualidade prestados pelo Estado, o que, em parte, resulta das práticas cotidianas deste sistema.

Além da insatisfação geral com o Estado e a coisa pública, o último quinquênio foi marcado pela mais grave crise econômica já registrada, por uma eleição extremamente polarizada, um conturbado processo de *impeachment* e inúmeras manifestações corporativas que colocaram dúvidas sobre a estabilidade do regime político brasileiro. Tudo isso para desaguar no processo eleitoral de 2018.

Diante desses dilemas e desafios, pretendemos analisar as consequências dessas mudanças e o modo como o período dos governos Dilma e Temer afetou o grau de consolidação (ou não) da democracia brasileira.

Entre as grandes inquietações listadas acima, outra merece destaque à parte: o crescimento da capacidade punitiva do sistema de controle sobre a elite política, a chamada *accountability* horizontal. Algo que, conforme exporemos mais adiante, apesar de ter contribuído com a instabilidade de curto prazo e de estar entre as raízes da conjuntura política tensa, é indicativo de forte amadurecimento institucional e consolidação da democracia no Brasil.

Para uma real avaliação do período, é necessário compreender o significado desse processo de redistribuição de poderes entre as instituições da República. O fortalecimento

da institucionalidade de controle é um dos inúmeros frutos virtuosos que a Constituição Federal de 1988 (CF-88) tem nos ofertado. Sucessos que vão muito além de uma análise de *performance* mensurada por crescimento econômico ou qualquer outra variável socioeconômica.

A capacidade institucional dos sistemas representativos e de controle em responder às demandas por maior relacionamento entre Estado e Sociedade é um dos principais indicativos da qualidade de uma democracia. Além de estabilizar os conflitos entre as lideranças nacionais, aponta para o amadurecimento democrático. E, no Brasil, o respeito às principais regras do jogo político e institucional dentro de um quadro de bastante desordem e desorientação social é algo digno de nota, e ainda pouco valorizado pela crônica política nacional.

Sempre vale recordar que, apesar de todas as tensões envolvendo o impedimento de Dilma Rousseff, o processo foi substancialmente ordenado. As demonstrações pró e contra – e, em seguida, tendo como foco o atual governo – foram essencialmente pacíficas, não obstante um ou outro episódio de violência envolvendo manifestantes e forças policiais, ou mesmo, confrontos entre ativistas de segmentos opostos. Não houve ameaça militar e nem mesmo grande ruptura social.

Apesar das virtudes e da urgência do aprofundamento dos processos de controle e de fortalecimento institucional da democracia brasileira, uma história de tradições e costumes políticos de descontrole e impunidade não é e não será facilmente superada. Porém, é fato que um vetor importante da atual crise política brasileira é o próprio processo de reequilíbrio das instituições políticas, com o fortalecimento relativo de órgãos de controle como o Ministério Público, a Polícia Federal, os Tribunais de Contas e o próprio Poder Judiciário, em detrimento de uma não republicana autonomia dos Poderes Executivo e Legislativo.

Este processo é o “algo de novo” que há em terras brasileiras. As outras causas não são distintas de determinantes de outras crises nacionais. As manifestações populares e urbanas que se disseminaram a partir de 2013 não são novidade alguma. O mesmo acontece em relação ao choque entre um Poder Executivo com pretensões progressistas e um Congresso conservador, assim como o retumbante fracasso de uma agenda econômica excessivamente intervencionista, ignorando as regras básicas do funcionamento de uma economia de mercado.

A grande novidade foi mesmo a criação e o ganho de musculatura política de um sistema de controle com considerável autonomia e capacidade de punição. Apontamos como elementos-chave para esse processo a recuperação da independência do Poder Judiciário e a definição de um considerável grau de autonomia do Ministério Público na Constituição de 1988, seguido por um lento e gradual processo de formação e consolidação de um sistema de controles horizontais com o fortalecimento de outras instituições como os Tribunais de Contas, a Polícia Federal e mesmo a própria Controladoria Geral da União, órgão encarregado do controle interno do Poder Executivo.

Alguns episódios anteriores à crise já ensaiavam as consequências desse fortalecimento dos processos de controle. As investigações do chamado “Mensalão” e sua conclusão em termos de penas efetivas para parte da elite política apontaram as primeiras novidades. Contudo, apesar das promessas de maior capacidade punitiva do sistema, o fato de as principais lideranças políticas terem sobrevivido às investigações não permitiu, num primeiro instante, que se fizesse um reordenamento do cenário político brasileiro. Os grandes líderes foram capazes de preservar o padrão tradicional de relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo e, não à toa, na crise seguinte – o “Petrolão” –, os valores desviados superavam, largamente, todos os montantes denunciados até então.

Obviamente, é esperado que as lideranças políticas demorem para reagir às mudanças como as que aconteceram e acontecem no Brasil. De fato, a velocidade do aperfeiçoamento do sistema de controle brasileiro – num curtíssimo período de apenas três décadas, vivenciamos um processo que demorou décadas, e até séculos, para se consolidar no mundo desenvolvido do Atlântico Norte – não possibilitou, ainda, um amadurecimento semelhante ao das relações que envolvem os Poderes Executivo e Legislativo.

A entrada efetiva do Poder Judiciário e das outras instituições de controle brasileiro colocou sob ameaça as lideranças políticas nacionais. Num cenário de rápida transformação como este, o único instrumento capaz de acelerar a velocidade da adaptação seria a realização de eleições que produzissem novas lideranças.

Contudo, o sistema político brasileiro é marcado por privilegiar o incumbente nas eleições para o Poder Executivo. Não à toa, os dois grandes partidos que organizaram a competição política brasileira se encastelaram nos dois núcleos mais poderosos do Estado Brasileiro – o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo. A partir dessa posição, ambos puderam extrair recursos necessários para sobrevivência e consolidação política como grandes forças nacionais.

A existência de instituições de controle com maior autonomia e capacidade de punição – cujo sucesso é apresentado com as prisões de lideranças políticas do porte do ex-presidente Lula e do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – tornaram o modelo político anterior inadequado sem dar tempo para a renovação das lideranças ou mesmo a readaptação das antigas para o novo momento.

A adoção de um sistema de financiamento político majoritariamente público a partir da proibição de contribuições empresarias como forma de reduzir os efeitos do capital econômico sobre a competição política acentuou ainda mais os desafios. A adoção do financiamento público, apesar de seus méritos

– os quais mereceriam uma análise à parte –, ocorreu na pior hora possível. No momento em que a forma tradicional de fazer política sofreu um golpe “quicá” mortal do sistema de controles horizontais, o próprio Judiciário impôs um modelo de financiamento eleitoral que dificulta a mudança. As eleições de 2018 já nasceram, portanto, marcadas por uma característica fundamental: os candidatos que se apresentaram como a nova política, seja em qual forma isso se defina, possuem menos recursos que os representantes dos grupos políticos tradicionais.

Esse complexo fenômeno de reposicionamento das relações entre os Poderes Executivos e Legislativos – tanto nacionalmente quanto no âmbito de cada ente federativo –, agora sob a supervisão de instituições de controle cada vez mais fortes, torna-se ainda mais complexo quando se constata que os mecanismos de controle, institucionalmente fragmentados, e também o Poder Judiciário, não atuam de forma coesa.

Além de buscarem ocupar coletivamente um maior espaço no sistema de governo atual, as instituições disputam espaço entre si, aumentando as contradições e tensões naturais em um processo transformador, e talvez revolucionário, como este que atravessamos.

O aumento da exigência de republicanismo na conduta dos nossos agentes políticos é algo que veio para ficar. A crise sistêmica de nossa democracia é, na verdade, da política tradicional que opera à sombra da impunidade. A maturidade da institucionalidade de controle obriga o sistema a se reorganizar. Resta saber como Executivos e Legislativos se posicionarão frente a tal desafio a partir de suas posses, em 2019: no fim das contas, será esse posicionamento que definirá a continuação (ou não) da crise política brasileira. ✓

(*) Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC.

Este artigo reflete a opinião do autor e não da Revista Transparência. A publicação não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizada pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

ris·CO

(substantivo masculino)

1 Do francês *RISQUE*. Evento que pode ou não ocorrer, com possíveis consequências para pessoas ou organizações caso se concretize.

2 Evento que pode ser transformado em vantagem competitiva. Gestão integrada ao negócio, fazendo parte do processo de definição da estratégia, da cultura organizacional e das atividades do dia a dia. Com isso, sua empresa ficará mais preparada para antecipar mudanças, identificar oportunidades e obter diferenciação em estratégia e performance.

Termos relacionados: gestão de riscos, olhar estratégico, vantagem competitiva, COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Integrado com Estratégia e Performance.



O mundo pede novas leituras.
www.pwc.com.br/gestao-riscos



PwC Brasil



@PwCBrasil



@pwcbrasil



PwC Brasil



PwCBrasil



Gildenora Milhomem fala de sua trajetória no serviço público, do aprendizado constante e da importância de nunca desistir: “Cheguei até aqui porque agarrei todas as oportunidades que tive!”



Foto: arquivo pessoal

Amor, esforço e disciplina

Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, com 32 anos de serviço público; Coordenadora Operacional do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas para o Setor Público (GA NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal da Transpetro e dona de uma carreira que inclui ainda passagens como secretária geral de Administração da Advocacia-Geral da União, superintendente de Administração e Finanças da Agência Nacional de Aviação Civil, diretora de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo, subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério

da Fazenda e presidente do Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil e da Empresa Gestora de Ativos (Emgea). Esta é Gildenora Batista Dantas Milhomem, contadora, gestora e “perfeccionista de carteirinha”, como ela se define.

“Sou realizada profissionalmente”, diz. “O curioso é que, quando fui prestar vestibular pela primeira vez, minha intenção era entrar no curso de Matemática e tornar-me professora”. Mas o destino tinha outros planos para essa brasileira filha de potiguares: “Passei em dois vestibulares para Ciências Contábeis, em um para Administração e outro para Matemática. Felizmente, ouvi os conselhos do meu pai e optei pelo curso de Contabilidade.

No primeiro dia de aula, conheci o meu futuro marido”, conta”.

O papo com o estudante de Direito Raimundo Milhomem rendeu um bocadinho. Tanto que, depois de cinco anos de namoro, ele e Gildenora casaram-se – já estão juntos há 28 anos. “São 33 anos de namoro e dois filhos lindos: Leonardo, de 24 anos, e Juliana, de 22”, ela conta. Algum deles é contador? “Não”, responde Gildenora. “Ambos optaram por seguir carreira em Direito, como o pai. Meu filho pretende entrar para o Serviço Público e a minha caçula quer ser delegada. Tentei demovê-la da ideia, mas...”

Quando fala dos filhos, Gildenora suaviza a voz e revela uma faceta que ninguém imagina ao observá-la dando show de eficiência no dia a dia no trabalho. “Amo ser mãe. Minha profissão me trouxe muitas alegrias, mas nenhuma delas se compara à realização que eu encontrei na maternidade”, sintetiza.

INFÂNCIA DIFÍCIL – E FELIZ!

Mais velha de quatro irmãos – o oficial de Justiça Francisco, a bancária Lúcia e o caçula, Sebastião Jr., empresário em Goiás –, Gildenora fala com carinho dos tempos de criança, quando a mãe, a dona de casa Gilzete, ia até o portão, pontualmente às cinco da tarde, para colocar os filhos pra dentro. “Bastava ela nos olhar para sabermos que era hora de parar de brincar, tomar banho e esperar papai para jantar”, ela recorda. “Após a refeição, minha mãe ficava lavando a louça e nós íamos nos sentar perto de papai, no sofá. Ali, contávamos sobre o nosso dia, o que havia acontecido na escola etc. Era muito bom, porque tínhamos amor, diálogo e disciplina”.

Disciplina, aliás, que ajudou muito Gildenora em sua carreira profissional. “Nunca desisto de um objetivo”, admite. “Papai era fuzileiro naval e nos moldou com uma noção muito forte de respeito e hierarquia.”

Também foi no seio da família que Gildenora aprendeu a conciliar diferentes papéis – e a desempenhá-los com igual dedicação. “Quando minha mãe chegou da maternidade com meu irmão caçula, ela o colocou em meus braços e disse que eu a ajudaria a tomar conta. Eu estava com dez anos na época. Dois anos depois, ela adoeceu gravemente e precisei cuidar do irmãozinho. Eu o levava comigo para a escola, punha

uma mantinha no chão para ele dormir e lhe dava lápis e papel para que ficasse quietinho, rabiscando”, recorda. “Mesmo com todas as adversidades, nunca negligenciei os estudos. Tanto que, se eu tirasse 9,5 em vez de 10 em Matemática, o professor ficava até preocupado e me perguntava o que estava acontecendo”, afirma.

NUNCA DESISTO DE UM OBJETIVO. PAPAI ERA FUZILEIRO NAVAL E NOS MOLDOU COM UMA NOÇÃO MUITO FORTE DE RESPEITO E HIERARQUIA



Foto: arquivo pessoal

Formatura em Ciências Contábeis set/1988

Com esse caráter forte, Gildenora foi aprovada, com apenas 19 anos de idade, no concurso público para agente administrativo do Ministério da Fazenda. “A Secretaria do Tesouro Nacional havia acabado de nascer”, relembra. “Fui uma das primeiras usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que consiste no principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal”, observa Gildenora, acrescentando que, na época, ela era a única profissional, entre seis de sua sala, que se dispôs a fazer o curso para aprender a lidar com o novo Sistema. “O local onde o treinamento acontecia era longe, quase fora de Brasília, no caminho para o Presídio da Papuda. Ninguém queria. Mas eu cheguei até aqui porque sempre agarrei todas as oportunidades que surgiram e não porque tive sorte”, garante.

APROVEITANDO OPORTUNIDADES

De fato, “sorte” não é a palavra certa para definir a força motriz de sua carreira. “Nunca ganhei nada de mão beijada. Precisei lutar, e muito”, afirma Gildenora. “Eu me formei em 1988, casei em 1989 e, dois anos depois, comecei a estudar para prestar concurso. Em 1993, passei para o concurso de analista de Finanças e Controle, cargo que hoje se chama auditor federal de Finanças e Controle”, recorda. “A partir dali, sucederam-se diversos cargos e oportunidades. Lapidei-me como gestora e aprendi, na prática, que a cada dia existe um desafio, uma transação complexa”, explica.

Com esse modo de agir, agarrando sempre as oportunidades de crescer, aprender e se desenvolver, Gildenora ficou “emprestada” para a Advocacia Geral da União (AGU) durante três anos. “Um dia, vim à Secretaria do Tesouro Nacional para solicitar mais recursos à AGU. Fiz minha exposição e o secretário da época, Marcelo Barbosa Saintive, ficou de me dar uma resposta até o final do dia. Mas, quando ele me ligou, em vez

de dar a resposta ao meu pleito, perguntou: – o que você acha de voltar para sua casa?”, ela relembra. “Na época, o então subsecretário Gilvan da Silva Dantas teria de se afastar por motivos pessoais. Eu sabia que seria um imenso desafio substituir um colega pelo qual tenho grande admiração, mas meus olhinhos brilharam”, conta.

E assim, de brilho em brilho, Gildenora tem conseguido avançar em diversas agendas. “Começamos a imprimir muito *enforcement* à necessidade de transparência e, partindo dessa premissa, implementamos um conjunto de ações. A contabilidade dá transparência ao patrimônio da União e permite que o cidadão exerça o controle social. Trabalhamos muito, somos uma parte da engrenagem chamada Tesouro Nacional e temos orgulho em levar informação fidedigna. O Brasil, hoje, não perde em nada para os países mais desenvolvidos, no que tange à transparência da contabilidade pública”, ela diz.

CONVERGÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora ressalta que o CFC é a única entidade dotada da prerrogativa de editar normas brasileiras, tanto no que se refere à atuação dos profissionais como na área técnica. “Temos, portanto, um Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de integrar esforços pela convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade, inclusive no setor público”, comenta. “Formou-se, então, um Grupo Assessor (GA) da Área Pública dentro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Seu coordenador executivo é Idésio Coelho, ex-presidente do Ibracon”, relata. Desse grupo, participam colegas da Controladoria Geral da União, representantes da Academia e outros profissionais de altíssima qualificação. “Temos um planejamento muito sólido porque queremos finalizar a convergência de 36 IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*, ou Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público) até o final de 2021”, explica.

A subsecretária esclarece que, anualmente, o grupo tem elaborado entre oito e dez normas. “Elas são então colocadas em debate, audiência pública. Agora mesmo temos cinco nesse estágio. E além de editarmos as normas, precisamos capacitar os usuários, para que elas possam ser efetivamente utilizadas no âmbito dos estados e municípios”, ela elucida. “Assim, damos aulas e procuramos levar, para todas as partes do Brasil, as chamadas ‘semanas contábeis e fiscais’. Contamos com muitos professores com experiência no setor público”, prossegue. “Entre 2015 e 2017, capacitamos 1.500 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de outros profissionais que prestam serviços para a contabilidade pública”.

“Hoje, quase todos os Conselhos Regionais de Contabilidade têm uma área dedicada ao setor público”, anima-se Gildenora. “Somos convidados a ministrar palestras no país inteiro e, a cada dia, podemos demonstrar que a contabilidade agrega, dá luz e é um instrumento gerencial importante. Perante os organismos internacionais, esse momento da contabilidade ajuda a resgatar a crença na responsabilidade fiscal do país. Afinal, apesar da crise, temos avançado em termos de reconhecimento e mensuração do nosso patrimônio. Nossas demonstrações têm melhorado de qualidade e, até 2024, vamos avançar mais ainda, inclusive por meio do reconhecimento dos bens de infraestrutura e de natureza cultural, que são mais difíceis de mensurar”.

A APOSENTADORIA PODE ESPERAR

Embora já tenha preenchido todos os requisitos para pleitear a aposentadoria, Gildenora nem pensa nisso. “Estou saudável, com apenas 51 anos. E tenho planos. Quero concluir as convergências, fechar com chave de ouro”, afirma.

Além de energia, Gildenora esbanja otimismo. “A contabilidade e o trabalho do auditor são indissociáveis das boas práticas, seja no setor público ou na iniciativa privada”.



Foto: arquivo pessoal

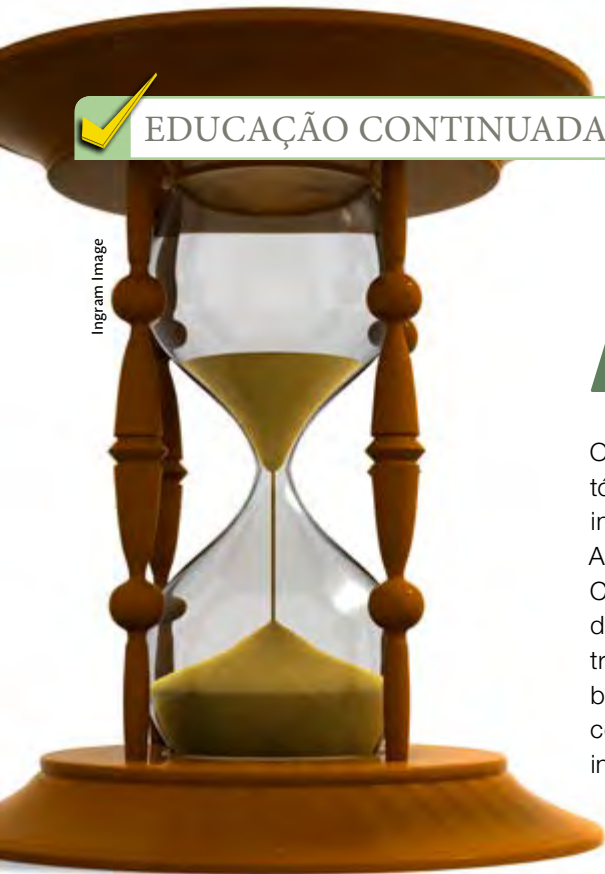
Família na Formatura do filho Leonardo

diz. “Por isso, a área de auditoria independente tem um campo enorme dentro do Brasil. A máquina nunca vai substituir o homem e o bom profissional nunca será descartado. Ele só perderá espaço se parar no tempo, se for medíocre.”

E será que uma pessoa tão realizada pessoal e profissionalmente ainda tem algum sonho, algum desejo não preenchido?

A resposta é sim: “Quando eu finalmente me aposentar, pretendo me dedicar ao voluntariado”, revela Gildenora. “Meu pai morreu há 24 anos e minha mãe, há apenas dois anos. Foi levada por um câncer muito rápido, devastador. Espero futuramente me dedicar a ajudar pessoas com essa doença, doar um pouco do que consegui, das boas coisas trazidas pelas oportunidades que aproveitei.”

Na verdade, ela já tem feito trabalho voluntário: “Sou presidente do Conselho de Administração da Fundação Assefaz”, conta, referindo-se à Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda, que presta assistência médica, odontológica, farmacêutica e social aos servidores do Ministério da Fazenda e seus dependentes. “Mas tenho outros projetos que ainda estou amadurecendo. Sou perseverante e, se acredito num projeto, vou até o fim. Por isso, quando eu realmente abraçar a aposentadoria, não será para descansar, mas para buscar outros e importantes desafios”, ela conclui. ✓



Ainda dá tempo!

O cumprimento do PEPC é obrigatório para os profissionais contábeis inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC, exercendo ou não a atividade de auditoria independente; ou registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive sócios, exercendo ou não atividade de auditoria independente, responsáveis técnicos e demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica, nas firmas de auditoria registradas na CVM.

A norma abrange, também, as atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), na função de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria.

O Programa de Educação Profissional Continuada deve ser seguido também por profissionais que exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização, nas entidades abertas de previdência complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e nas entidades de previdência complementar reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) na função de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria.

O Programa também abrange os profissionais que exercem atividades de auditoria independente de entidades não mencionadas acima, como

sócios, responsáveis técnicos ou em cargos de direção ou gerência técnica de firmas de auditoria e de demais organizações contábeis que tenham em seu objeto social a atividade de auditoria independente, assim como os profissionais da Contabilidade responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exerçam funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis das empresas, reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e, ainda, das sociedades consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 e das entidades sem fins lucrativos que se enquadrem nos limites monetários da citada lei.

Da pontuação anual exigida, no mínimo 8 (oito) pontos devem ser cumpridos com atividades de aquisição de conhecimento.

O Ibracon acompanha rigorosamente o Programa de Educação Continuada e está empenhado em garantir o contínuo aprendizado dos profissionais de contabilidade e auditoria independente. O Instituto oferece ampla grade de atividades, sejam presenciais ou à distância, colaborando com a qualificação essencial para os desafios do mercado e da profissão e, ao mesmo tempo, com o cumprimento da norma. Acesse o Portal do Ibracon e confira a grade de cursos e atividades oferecidos.

Aproveite para conhecer a nova plataforma EAD do Ibracon:

www.ibracon.com.br/eadibracon ✓

Profissionais da Contabilidade devem cumprir ao menos 40 horas ao ano do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

O ano está quase chegando ao fim. Os profissionais da Contabilidade devem ficar atentos aos prazos para o cumprimento das normas do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A norma exige que esses profissionais, além de todos os que exerçam atividade de auditoria independente, realizem pelo menos 40 horas por ano em atividades de Educação Continuada, em assuntos relativos à Contabilidade, e que sejam importantes para o seu exercício profissional. Ainda dá tempo. Os profissionais podem pontuar até dezembro.

A norma abrange, ainda, os profissionais inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC).



Building a better
working world

Você percorre com
segurança todos
os caminhos que
a tecnologia abre?

ey.com.br/cybersecurity

A EY Brasil acaba de inaugurar o **Cybersecurity Center**, em São Paulo, um dos mais avançados centros de cibersegurança do mundo.

Porque na era da transformação digital e da conectividade, a segurança dos dados é muito mais do que um aspecto técnico.

É a proteção da estratégia das organizações. É um diferencial competitivo.

Apesar disso, só 4% das empresas acreditam ter mapeado os riscos cibernéticos em sua estratégia. E só 12% se dizem preparadas para um ataque cibernético sofisticado*.

Com equipes altamente capacitadas e conectadas a outros centros ao redor do planeta, tecnologias de ponta e programas de treinamento avançado para clientes e profissionais, o Cybersecurity Center surge para ajudar as organizações a entender e lidar com o verdadeiro alcance da cibersegurança.

*20th Global Information Security Survey 2017-18, EY



Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta.
E melhor se torna o mundo de negócios.



Ingran Image

A entrada em vigor da IFRS 16, em janeiro de 2019, as discussões sobre a IFRS 17 e questões ligadas aos planos de saúde devem ser os principais temas do GT Seguradoras do Ibracon no decorrer do próximo ano

Novas normas para seguradoras em 2019

O mundo das seguradoras terá de lidar com novidades importantes em 2019. “A IFRS 16, ou CPC 06 (R2), que trata de arrendamentos, entrará em vigor no primeiro dia do ano”, observa Roberto Paulo Kenedi, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Seguradoras mantido pelo Ibracon. “E a IFRS 17, norma IFRS voltada especificamente a contratos de seguros, certamente continuará a ser uma pauta relevante e amplamente debatida, embora a data definida pelo International Accounting Standards Board (IASB) para sua entrada em vigor seja janeiro de 2021”, ele acrescenta.

Emitida em 2016, a IFRS 16 é fruto de uma ação conjunta entre o IASB e o Financial Accounting Standards Board (FASB), e será obrigatória a todos os países que seguem o padrão IFRS, inclusive o Brasil. As principais mudanças dizem respeito ao modo como as demonstrações contábeis e transações de arrendamento deverão ser contabilizadas, e certamente demandarão mudanças nos processos internos, além de impactar o Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Resultados.

A partir de 2019, todos os contratos, salvo algumas exceções, deverão ser apresentados

da mesma maneira dos arrendamentos financeiros (veja box).

SOBRE O GT SEGURADORAS

“Os debates ocorridos no âmbito dos grupos de trabalho do Ibracon são sempre relevantes para a nossa profissão”, explica Kenedi. “Nossos grupos de trabalho discutem assuntos técnicos de contabilidade e de auditoria e promovem a interação com os diversos participantes do mercado, dentre os quais incluem-se os reguladores. E quem mais se beneficia, nesse processo, é o associado, que tem acesso a informações úteis e tempestivas”, acrescenta.

Especificamente, o GT coordenado por Kenedi trata dos assuntos relacionados a seguros, resseguros, capitalização, previdência privada aberta e saúde suplementar. “Uma das atribuições do GT é participar ativamente de diversas comissões e sub-comissões, formalmente implantadas, da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)”, ele afirma. “Cito, como exemplos, a Comissão Contábil da Susep e da ANS; a Comissão Atuarial da Susep; e a Comissão da IFRS 17 da Susep”, ressalta.

Kenedi também salienta que o GT Seguradoras resultou do protagonismo do Ibracon nas discussões de assuntos técnicos de contabilidade e auditoria. “É um grupo formado por associados com grande experiência prática na realização de trabalhos de auditoria de entidades supervisionadas pela Susep e pela

Integrantes do GT Seguradoras

Adriana Ielmini
Carlos Eduardo Sa da Matta
Carlos Claro
Claudia Eliza
Eduardo Wellichen
Erika Carvalho Ramos
Luciene Teixeira de Magalhães
Patricia Di Paula da Silva Paz

Principais mudanças trazidas pela IFRS 16

ARRENDAMENTOS

Hoje, os arrendatários devem diferenciar arrendamentos financeiros de arrendamentos operacionais no balanço patrimonial. O IASB avalia que esse método dificulta o entendimento quanto aos ativos e passivos arrendados das empresas. A partir de janeiro, será necessário identificar os contratos de arrendamento no balanço patrimonial, dividindo-os em ativos e passivos.

CONTRATOS

De acordo com a IFRS 16, todo contrato que “indica direito de uso de um determinado ativo por um determinado período em troca de pagamento” (IFRS 16:9) constitui arrendamento.

Assim, todos os arrendamentos imobiliários, inclusive de escritórios, deverão ser registrados nos balanços patrimoniais. Mas as empresas poderão optar por contratos mais flexíveis, pois a nova norma fará duas concessões: uma referente ao tempo (que valerá para os contratos de arrendamento iguais ou menores a um ano que não possuem apresentação de opção de compra) e outra relacionada ao valor. Os casos que se enquadrarem nas exceções mencionadas não precisarão ser registrados no balanço patrimonial, o que deverá diminuir o ônus administrativo.

ANS”, diz. “Em 2018, por exemplo, o GT Seguradoras coordenou a emissão do Comunicado Técnico número 01/2018, referente ao relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento aos requerimentos do questionário de riscos pelas entidades supervisionadas pela Susep, e participou de várias audiências e consultas públicas relacionadas a diversos normativos, finaliza. ✓



Seminário na Argentina



Foto: Comunicação Ibracon

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon e do Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glenif), participou do VII Seminario Internacional de Normas Internacionales de Información Financiera, na Argentina.

O evento contou com a presença do presidente do International Accounting Standards Board (IASB), Hans Hoogervorst; do presidente da Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas (Facpce), José Luis Arnoletto; e do presidente da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA), Adelmo Gabbi.

Reunião na ANS

Representantes do Grupo de Trabalho Seguradoras do Ibracon participaram da 7ª reunião da Comissão Permanente de Solvência (CPS), da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O encontro discutiu a proposta da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE) para as regras de cálculo a serem usadas por operadoras que não desenvolvam metodologia atuarial própria para o cálculo da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA/SUS) e da metodologia Provisão Insuficiência Contraprestação (PIC).

Nova gestão na Fenacon



Foto: Comunicação Ibracon

O Ibracon participou da solenidade de posse da nova Diretoria da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), presidida pelo contador Sérgio Approbato Machado Júnior.

No dia 17 de agosto, Sergio Approbato Machado Júnior se reuniu com o presidente do Ibracon, Francisco Sant'Ana, e o superintendente Marco Aurelio Fuchida, na sede do Instituto.

Membro do PIOB visita Ibracon



Foto: Comunicação Ibracon

Maria Helena Pettersson, da Rutgers University e do Public Interest Oversight Board (PIOB), visitou a sede do Ibracon, em São Paulo, após participar da 8ª Conferência do Ibracon, dias 11 e 12 de junho, com um grupo de acadêmicos da universidade.

Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional; Monica Foerster, diretora de FAPMP; e o superintendente Marco Aurelio Fuchida representaram o Ibracon na reunião, que também contou com a presença do vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Idésio Coelho.

Nova diretoria da Anbima

O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Francisco Sant'Anna, participou da posse da nova diretoria da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Uma das principais tarefas da nova diretoria é implementar o plano de ação discutido na gestão do ex-presidente Robert van Dijk para acelerar o desenvolvimento do mercado de capitais.

Palestra no WCARS



Foto: arquivo CRCSC

O presidente do Ibracon, Francisco Sant'Anna, participou do 42º Simpósio Mundial de Auditoria Contínua e Relatórios (WCARS), organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC).

O evento abordou temas como os impactos da tecnologia em processos de auditoria contínua, mapeamento de dados por drones, *blockchain*, *text mining* e pesquisa aplicada.

Francisco Sant'Anna destacou a evolução da auditoria, abordando aspectos relevantes vinculados com fraude e ceticismo profissional.

CFC e Glenif assinam convênio



Foto: arquivo CFC

Zulmir Breda, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon e do Glenif, assinaram convênio de cooperação entre as duas entidades, durante reunião do Diretório do Glenif, na sede do Ibracon.

A cooperação visa integrar os países que compõem o Glenif, para agir de forma proativa nos grupos técnicos de trabalhos que analisam as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) na região.

24º Congresso da Apimec

O presidente Francisco Sant'Anna prestigiou a abertura do 24º Congresso da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), que teve como tema "O Brasil de hoje, o Brasil de amanhã", com foco no futuro do mercado de capitais.

70 anos da Fecontesp



Foto: arquivo Fecontesp

O presidente do Ibracon, Francisco Sant'Anna, prestigiou a solenidade em comemoração aos 70 anos da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), aberta pelo presidente Manoel de Oliveira Maia.

O prêmio Destaque Dirigente Sindical 2017 foi entregue ao presidente do Sindicato dos Contabilistas de Piracicaba e Região (Sincop), Luís Carlos Marin Giusti, e o prêmio Personalidade do Ano 2017 foi concedido ao ex-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), Gildo Freire de Araújo.

18º Congresso da USP



Foto: Comunicação Ibracon

Francisco Sant'Anna, presidente do Ibracon, participou da palestra de abertura do 18º Congresso Internacional de Contabilidade da USP, que teve como tema central "Moving accounting forward".

A palestra abordou a visão das entidades sobre os desafios da adoção das IFRS pelo Brasil. Em sua apresentação, Francisco Sant'Anna apresentou o Prêmio Transparência Universitário, que está com inscrições abertas para a sua 8ª edição.

Seminário na Trevisan

Com o apoio do Ibracon e do Glenif, a Trevisan Escola de Negócios promoveu o I Seminário Internacional de IFRS, que contou com a mediação de Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Escola de Negócios.

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon e do Glenif, e Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, participaram do evento, ao lado de Amaro Gomes, membro do Board do International Accounting Standards Board (IASB) e de Jorge Gil, Luiz Henry e Felipe Pérez, respectivamente vice-presidente e diretores do Glenif.

Contabilidade pública

Com o patrocínio do Ibracon, a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Rutgers University e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizou III Colóquio sobre Contabilidade Pública & Análise de Dados e o III Workshop Jovens Pesquisadores em Contabilidade Pública.

Reunião da CEPC

Diretores de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional e Seções Regionais participaram da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília.

Pelo Ibracon, estiveram presentes Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional; Marcelo Galvão Guerra, diretor de Desenvolvimento Profissional da 2ª Seção Regional; Luis Aurênio Barretto, diretor de Desenvolvimento Profissional da 3ª Seção Regional; e Valdir Coscodai, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Seção Regional.



Giro pelas Regionais

1ª Seção Regional

Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia



Foto: arquivo Ibracon

Minicurso de Auditoria Digital

No início do mês de agosto, a 1ª Regional promoveu um minicurso de Auditoria Digital, parte da programação do Encontro Cearense dos Estudantes de Ciências Contábeis (ENCECC). O tema do evento foi “Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação” e foi realizado em Fortaleza.

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Recife



Foto: arquivo Ibracon

Reunião na Apecicon

Marcelo Galvão Guerra, diretor de Desenvolvimento Profissional da 2ª SR, participou de reunião na sede da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon), em Pernambuco, que deliberou sobre algumas ordens do dia, como: ratificar a posse da nova diretoria, que tem o acadêmico Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho como presidente; a escolha do próximo ganhador da Medalha de Mérito Acadêmico concedida pela Apecicon; e a escolha de um novo acadêmico para uma das vagas disponíveis.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Revisão de Qualidade

A 3ª SR do Ibracon promoveu um café da manhã com palestra para tratar da Revisão Externa de Qualidade pelos Pares. A iniciativa terá mais duas edições para tratar de governança, riscos e compliance, além dos impactos da revolução tecnológica nos serviços contábeis e de auditoria.

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás



Foto: arquivo CRCMG

Grupo de Estudos de auditoria

Paulo Cezar Santana, presidente da 4ª SR, e o diretor Técnico Flávio de Aquino Machado se reuniram com Rosa Maria Abreu Barros, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), e com o conselheiro Antônio de Pádua Soares Pelicarpou.

O encontro tratou da criação do Grupo de Estudos Técnicos de Auditoria do CRCMG, para promover a interação dos auditores independentes com o Conselho Regional e propor ações voltadas para os profissionais da Contabilidade que atuam na área de auditoria.



Foto: arquivo CRCDF

Palestra no Sinduscon-DF

A 4ª SR participou da palestra “eSocial na Prática: Leiaute 2.4.01”, organizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF) com apoio do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF), em cuja sede foi realizado o encontro.

Cerimônia de formatura

O presidente da 4ª SR participou de cerimônia de formatura dos alunos de Ciências Contábeis da PUC Minas. Os dois alunos com melhores médias foram agraciados com a inscrição gratuita em um curso da Regional.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

20º Encontro Internacional de RI

Carlos Pires, presidente da 5ª SR, e Marco Fabbri, diretor Técnico da 5ª SR, estiveram presentes no 20º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, organizado pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri) e pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

O encontro tratou do futuro do mercado de capitais, do papel estratégico do profissional da área de RI e das novas tecnologias.



Foto: arquivo Sindcont-SP

Sindcont-SP completa 99 anos

Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR, representou o Ibracon na comemoração dos 99 anos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), a primeira Entidade Contábil do Estado de São Paulo. Pascoal Rizzo Nadeo, presidente da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp), discursou em nome das Entidades Congraçadas da Contabilidade do Estado de São Paulo. No evento, o professor Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho recebeu o título de Contabilista Emérito.



Foto: arquivo CRCRS

Bate-papo com a senadora

Alguns problemas da classe contábil foram discutidos em um bate-papo com a senadora Ana Amélia Lemos, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), com a participação do presidente da 6ª SR do Ibracon, Paulo Alaniz. Ana Tércia Rodrigues, presidente do Conselho, salientou que “o CRCRS é uma entidade apartidária, porém não omissa aos interesses da comunidade contábil e, portanto, aproxima-se da representatividade política que atende às demandas e defende as propostas encaminhadas pelo segmento”. Ana Tércia entregou à senadora o livro “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis”, do qual foi uma das colaboradoras.

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina



Foto: arquivo CRCRS

Biografia de Anton Biedermann

A Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB/RS) sediou, em Porto Alegre, o lançamento do livro “50 metros a mais”, que conta a história de Anton Karl Biedermann, profissional da Contabilidade e um dos grandes líderes do Rio Grande do Sul. A autora do livro, Suzana Naiditch, ouviu depoimentos de Biedermann e de diversas pessoas que convivem e conviveram com ele. O presidente da 6ª SR do Ibracon, Paulo Alaniz, participou do evento.

6ª SR apóia o XXXII Encenic

O XXXII Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (Encenic), realizado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS), contou com o apoio da 6ª SR. Rogério Rokembach, membro do Conselho de Administração do Ibracon, e Sergio Laurimar Fioravanti, ex-presidente da 6ª SR, palestraram no Encontro. Rokembach falou sobre “Fraude contábil” e Sergio Laurimar tratou do “Impacto dos Avanços Tecnológicos na atuação dos auditores e na auditoria”.



Foto: arquivo Ibracon

Atualidades das IFRS

A 6ª SR do Ibracon promoveu o Encontro Profissional de Atualização, com palestra sobre as atualidades das IFRS, entre elas a IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes; IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 – Arrendamento Mercantil. A palestra foi ministrada por Felipe Brutti da Silva, na sede da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB/RS), em Porto Alegre.



Foto: arquivo Sescon-RS

Nova Diretoria do Sescon-RS

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (Sescon-RS) deu posse aos novos diretores eleitos para a Gestão 2018/2022, sob a liderança do empresário contábil, Célio Levandovski. O Ibracon foi representado por Paulo Ricardo Alaniz, presidente da 6ª SR, Tanha Maria Laueremann Schneider, diretora de Desenvolvimento Profissional, e Rogério Rokembach, membro do Conselho de Administração do Ibracon.

Para informações detalhadas, acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br



Guia para utilização das ISAs na auditoria das PMEs

A International Federation of Accountants (IFAC) divulgou a quarta edição do Guia para Utilização das Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) no processo de auditoria de Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O Guia oferece um apoio prático para as Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

O Guia foi atualizado para refletir mudanças recentes nas ISAs, incluindo projetos do International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) sobre relatórios de auditoria, divulgações, responsabilidades do auditor independente em relação a outras informações e o uso do trabalho dos auditores internos.

Procedimentos Inovar-Auto

O Ibracon enviou ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) sugestão de procedimentos pré-acordados sobre a eficiência energética veicular no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto).

Remédios antitruste

O Ibracon enviou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contribuições para a versão preliminar do Guia de Remédios Antitruste, que esteve em consulta pública até o dia 6 de julho.

O Guia reúne as melhores práticas e os procedimentos adotados no desenho, na aplicação e no monitoramento de “remédios antitruste”, como são chamadas as restrições determinadas pelo Cade para corrigir eventuais efeitos nocivos resultantes de atos de concentração (fusões, aquisições, incorporações, contratos associativos, consórcios ou *joint venture* entre duas ou mais empresas).

Sugestões para o CTG 2002

O Ibracon enviou ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) comentários e sugestões para a audiência pública do Comunicado Técnico (CTG) 2002 – Laudo de Avaliação Emitido por Contador.

O CTG trata dos padrões técnicos e profissionais a serem observados pelo contador, nomeado como perito ou como empresa especializada, para emissão de laudo de avaliação dos ativos líquidos a valor contábil ou dos ativos líquidos contábeis ajustados a preços de mercado.

Consulta Pública nº 68

No dia 3 de agosto o Ibracon enviou à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) comentários para a Consulta Pública nº 68, que altera a Resolução Normativa (RN) nº 393, de 9 de dezembro de 2015. A RN dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde e revoga dispositivos da Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, e a Resolução Normativa nº 75, de 10 de maio de 2004.

Informações trimestrais

O Ibracon emitiu a Circular nº 02/2018, com informações para emissão de relatórios de revisão de informações trimestrais (ITR) elaborados por entidades de incorporação imobiliária para os trimestres do exercício de 2018.

Asseguração razoável

O Ibracon emitiu o Comunicado Técnico (CT) nº 03/2018, que trata do trabalho de Asseguração Razoável sobre a estrutura (desenho, implementação e eficácia operacional) de controles internos das operações de cessão de crédito das instituições participantes da C3 Registradora (Central de Cessão de Crédito), de acordo com a NBC TO 3000.

O Ibracon também disponibiliza vídeo explicativo sobre o documento.

Ibracon emite CT nº 01/2012 (R1)

O Ibracon emitiu o Comunicado Técnico (CT) nº 01/2012 (R1), que orienta os auditores independentes na emissão do relatório de auditoria para grupo econômico que não prepare demonstrações contábeis consolidadas conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36.

O Ibracon também disponibiliza vídeo explicativo sobre o documento.

GT Óleo e Gás

Recém-criado pelo Ibracon, o Grupo de Trabalho (GT) Óleo e Gás realizou sua primeira reunião na 3ª Seção Regional do Instituto, com sede no Rio de Janeiro. O encontro contou com a presença de representantes do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

O GT, coordenado por Anderson Dutra, associado ao Ibracon, discutiu temas como registro da multa de conteúdo local; transações de “Farm-in/Farmout”; carregos e provisão para abandono de áreas; e procedimentos de auditoria para o não-operador.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



O AVANÇO
TECNOLÓGICO
EXIGE MUDANÇA
ATITUDE É O PRIMEIRO PASSO
PARA O DESENVOLVIMENTO

Quem conhece Tecnologia da Informação, conhece BDO.

Nossa equipe de Advisory é composta por profissionais experientes de diversas áreas, todos treinados e capacitados para entender o seu negócio e levar soluções de acordo com suas necessidades.

advisory@bdo.com.br

Consultoria | Auditoria | Tax | Outsourcing





Contabilidade do Terceiro Setor

Entidades privadas que prestam serviços em prol do interesse público: assim podem ser definidas as ONGs e OSCIPs, para as quais existem normas contábeis específicas e crescente pressão da sociedade pela transparência no uso de recursos

As organizações não-governamentais (ONGs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) fazem parte de um grupo de entidades pertencentes ao terceiro setor, sob a denominação também de entidades sem fins lucrativos. A diferença entre elas é que, de modo geral, a OSCIP é entendida como uma instituição em si mesma, enquanto as ONGs são basicamente siglas, e não tipos específicos de organização. As OSCIPs estão qualificadas pela Lei N° 9.790, a chamada “Lei do Terceiro Setor”, promulgada em 1999.

“Tanto as ONGs quanto as OSCIPs estão sujeitas a uma norma específica de contabilidade, a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em setembro de 2012, com última atualização em agosto de 2015”, explica José Alexandre Simão, sócio de uma firma de auditoria que atende organizações do terceiro setor. De acordo com ele, “é necessário que as entidades sem fins lucrativos segreguem todos os recursos recebidos dos

doadores, separando-os entre ‘recursos com restrição/vinculação’ e ‘recursos sem restrição/vinculação’. Essa obrigatoriedade não existe em empresas privadas, mesmo porque raramente estas recebem doações”.

Outro aspecto relacionado exclusivamente às entidades sem fins lucrativos é o registro contábil do trabalho voluntário. “É necessário reconhecer o valor justo da prestação de serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Na demonstração de Superávit/Déficit, deve figurar como receita e custo/despesa, sendo que o seu valor líquido é equivalente a zero”, acrescenta Simão.

“O balanço patrimonial também é obrigatório, assim como as demonstrações de fluxo de caixa e de movimentação do patrimônio”, ressalta Diego Barbieri, professor de Contabilidade da IBE – Institute Business Education, entidade de ensino superior conveniada à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele também observa que, para as entidades de terceiro setor, a realização de auditoria é “fundamental”. E esclarece: “O auditor independente é



Foto: arquivo pessoal

José Alexandre Simão



Foto: arquivo pessoal

Diego Barbieri

aquele que pode comprovar, de maneira efetiva, que tanto as demonstrações contábeis quanto os controles internos estão de acordo com as boas práticas e com as normas pertinentes, contábeis e legais. Uma entidade que não cumpra esses requisitos pode até perder sua certificação e diversos benefícios, inclusive tributários”.

Olavo Garrido, diretor de Finanças e Mobilização de Recursos da SOS Mata Atlântica, concorda com Barbieri: “Costumo dizer que a auditoria é minha melhor amiga dentro da instituição”, comenta. “Com 32 anos de existência, a SOS Mata Atlântica está organizada como uma OSCIP e sobressai como uma das entidades de terceiro setor mais sérias em nosso país”, comenta Garrido. “Por mais que uma organização tenha *compliance* e equipe competente, somente a auditoria independente é capaz de proporcionar um olhar mais qualificado, que efetivamente ateste as melhores práticas. Costumamos ter patrocinadores para nossos projetos, e a prestação de contas minuciosa, correta, benfeita, confere transparência ao processo”, completa.

Simão faz questão de salientar que, também no que concerne à Contabilidade para o Terceiro Setor, o Brasil encontra-se alinhado ao resto do mundo. E avisa: “Caso uma OSCIP pretenda obter o certificado de entidade

beneficente, obtendo assim a imunidade tributária, ela será obrigada a apresentar suas demonstrações contábeis auditadas por auditor independente”. Mas ele observa que, desde 2009, quando a Lei N° 12.101 foi sancionada, “somente as entidades com receita bruta anual superior ao teto do Simples Nacional estão obrigadas a apresentar demonstrações contábeis auditadas”.

A legislação prevê, ainda, a possibilidade de auditoria independente na aplicação de recursos relacionados ao termo de parceria, entre o Poder Público e as OSCIPs. “Essa obrigatoriedade está associada à aplicação dos recursos em montantes equivalentes ou superiores a R\$ 600 mil”, afirma Simão.

“O terceiro setor é, no meu ponto de vista, o que tem de melhor do setor privado junto ao que existe de melhor no setor público”, declara o professor Barbieri. “O terceiro setor supre as lacunas deixadas pelo Poder Público, graças à vontade e à disposição em ajudar”, enfatiza o professor. “E, para essas organizações, a contabilidade é uma ferramenta fundamental, na qual os gestores poderão se apoiar na hora de prestar de contas, respaldados por dados claros, objetivos, detalhados e transparentes”, ele conclui.



Olavo Garrido

Foto: arquivo pessoal

Nomenclaturas próprias

Existem diversas diferenças contábeis entre as entidades com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Essas diferenças estão associadas às nomenclaturas utilizadas na divulgação das demonstrações contábeis, conforme exemplos do quadro abaixo: ✓

| Descrição | ONGs/OSCIPs | Entidades com fins lucrativos |
|---|----------------------|-------------------------------|
| Diferença positiva entre as receitas e despesas auferidas | Superávit | Lucro |
| Diferença negativa entre as receitas e despesas auferidas | Déficit | Prejuízo |
| Constituição do fundo originário para desenvolvimento das atividades | Patrimônio social | Capital social |
| Recursos disponibilizados para formação deste fundo originário | Dotação inicial | Integralização de capital |
| Pessoa física ou jurídica que disponibiliza os recursos para formação do fundo originário | Instituidor/fundador | Acionista/Quotista |

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S –
Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Ceará

Controller Auditoria e
Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Distrito Federal

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S Eireli
Brasília, DF / Tel: (62) 3087-0713

Ápice Contábil – Auditores
Independentes S/S Ltda
Brasília, DF / Tel: (61) 3346-0667

Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de
Consultoria e Auditoria
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S
Goiânia, GO / Tel: (62) 3087-0713

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM – Administração Pública
Para Municípios Ltda
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 2102-3711

Baker Tilly Brasil MG Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Castro, Serra, Nirdo Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3226-6286

Fernando Motta e Associados
Auditoria Independente
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Pernambuco

ARC & Associados Auditores
Independentes S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3035-6500

Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

Ferreira & Associados Auditores Independentes
Jaboatão dos Guararapes, PE
Tel: (81) 3453-5553

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

100Porcento Auditores Independentes S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3242-2406

Rio de Janeiro

Acal – Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

Advance Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-3047

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Critério Auditores e Consultores
Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e
Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

UHY Moreira Auditores
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3210-8000

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Alonso Barreto e Cia Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados
Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores
Empresariais Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria
São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Attest Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3237-3534

Audilink e Cia Auditores Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

Audiesp Auditoria e Consultoria S/S
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados
Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3661-9933

Auditora Brasileira S/S
Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718

Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil Ltda.
Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

BDO RCS
São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria
Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrin e Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes
São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte
São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

EY
São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

Exame Auditores Independentes
Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores
São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

Galloro e Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc – Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007

Irmãos Campos e Cerbocini Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG
São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

KSI Brasil Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.
Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377

MAP Auditores Independentes EPP
São Paulo, SP / Tel: (11) 3288-9191

Mazars Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Nara-Koiseki Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Opinion Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S
Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S
São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores e Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PGBR Rodyo's Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5082-1688

PP&C Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC
São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

Rengi Trevor Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2129-8980

RM Auditoria Contabil – S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060

RSM Brasil CCA Continuity Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Sacho Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Triade Auditores e Consultores
São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP
São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

Base: setembro/18



Ilustração da capa: Cesar Mangiacavalli e Ingram Image

A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Charles Krieck

Membros

Alexandre De Labetta Filho
Altair Tadeu Rossato
Carlos Augusto Pires
Eduardo Camillo Pachikoski
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Luiz Sergio Vieira Filho
Marco Aurelio de Castro e Melo
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Paulo César Santana
Raul Correa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Shirley Nara Santos Silva

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Comunicação

Clinton Leandro Fernandes

Diretora de FAPMP

Monica Foerster

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho
Alfried Plöger
Clinton Leandro Fernandes
Fabio Cajazeira
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Marco Aurelio Fuchida
Renato Souza
Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável:
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe:
Geraldina Privatti

Redação:
Cláudio Camargo
Sílvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:
Cesar Mangiacavalli

Impressão:
Nywgraf



CEO Outlook 2018

Otimismo e Confiança

Tenha acesso a um retrato fiel das principais preocupações, prioridades e expectativas dos CEOs que atuam em âmbito nacional, regional (América Latina) e global.

1.300 CEOS DE TODO O MUNDO ●

278 CEOS AMÉRICA LATINA ●

53 CEOS BRASILEIROS ●

Acesse: www.kpmg.com.br/ceooutlook

#CEOoutlook

TREVISAN

ESCOLA DE NEGÓCIOS

35 ANOS ALÉM DA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO

A **Trevisan Escola de Negócios** é a única instituição de ensino superior criada a partir de uma grande empresa de consultoria.

Este DNA corporativo há 35 anos forma

gestores de destaque no mercado, por meio de uma metodologia de ensino que visa a formação e desenvolvimento de profissionais que geram resultados efetivos nas organizações e na sociedade.



EAD TREVISAN

Neste mesmo conceito que une qualidade e tradição, oferecemos o curso de Ciências Contábeis a distância (EaD), possibilitando você estudar de onde estiver e no horário em que puder. A mesma excelência encontrada nas salas de aula, agora em um ambiente virtual.



DIFERENCIAIS TREVISAN

- ✓ Nota **MÁXIMA** no ENADE/MEC.
- ✓ 5 estrelas na edição do Guia do Estudante 2015 em Ciências Contábeis.
- ✓ Parceria integrada com as principais empresas de auditoria do mundo.
- ✓ Alto índice de aprovação dos alunos no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- ✓ Alto índice de empregabilidade entre os alunos e ex-alunos.

GRADUAÇÃO

Administração

Ciências Contábeis

Ciências Contábeis (EAD)

MBA

Escrita Fiscal

Gestão de Negócios

Gestão de Pequenos e Médios Negócios

Gestão de Riscos e Compliance

Gestão e Marketing Esportivo

Gestão Financeira e Controladoria

Gestão Tributária

Investigação de Fraudes

Normas Brasileiras de Contabilidade e IFRS

Perícia Contábil

▶ **Entre em contato e consulte os descontos especiais para associados IBDEE.**

trevisan.edu.br

